



**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**  
**Universidade Técnica de Lisboa**

## **ANTROPOLOGIA E POBREZA**

Contributo para uma leitura antropológica sobre as  
estratégias informais de luta contra a pobreza de  
quatro famílias do Concelho de Sesimbra

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Antropologia

**Mestranda: Maria da Conceição Miranda Barroqueiro**

**Orientadora: Prof. Doutora Sónia Frias Piepoli**

**Lisboa**

**2010**

## ÍNDICE

	<b>pág.</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>4</b>
<b>Introdução</b>	<b>6</b>
<b>1. Metodologia</b>	<b>9</b>
<b>1.1.A Amostra</b>	<b>9</b>
<b>1.2.Entrevistas</b>	<b>10</b>
<b>1.3.Observação</b>	<b>11</b>
<b>1.4.Análise de Dados</b>	<b>12</b>
<b>PARTE I – POPULAÇÕES E POBREZA</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1: Notas Sobre Pobreza e Economia Informal</b>	<b>15</b>
<b>1.1. Algumas Observações sobre a Pobreza</b>	<b>15</b>
<b>1.1.1. Considerações sobre Pobreza Urbana</b>	<b>19</b>
<b>1.2. Algumas Observações sobre a Economia Informal</b>	<b>20</b>
<b>Capítulo 2: A Importância do Recurso a Estratégias de Economia Informal</b>	<b>25</b>
<b>2.1. Algumas das Especificidades do Concelho de Sesimbra</b>	<b>25</b>
<b>2.2. Características das Principais Actividades Realizadas pela População em Estudo</b>	<b>26</b>
<b>2.3.Outro Tipo de Actividades</b>	<b>27</b>
<b>PARTE II – EM LUTA COM A POBREZA</b>	<b>30</b>
<b>Capítulo 1: Dados sobre a População em Estudo</b>	<b>31</b>
<b>1. Caracterização de Três Núcleos Habitacionais</b>	<b>32</b>
<b>1.1. Bairro Municipal de Almoinha</b>	<b>32</b>
<b>1.2. Edifícios da Rua da Cruz</b>	<b>34</b>
<b>1.3. Bairro Municipal de Boa Água</b>	<b>35</b>
<b>2. Ponto de Situação</b>	<b>37</b>

<b>2.1. Viver em Habitação Social</b>	<b>37</b>
<b>2.2. Sobre os “<i>Modos de Vida</i>”</b>	<b>40</b>
<b>Capítulo 2: Habilidades para a Sobrevivência: a Perspectiva das Famílias sobre o Exercício de Actividades Informais</b>	<b>42</b>
1. “ <i>Para as minhas despesas o meu ordenado não chega</i> ”	43
2. “ <i>Não faço trabalhos por fora. Trabalho para casa</i> ”	48
3. “ <i>Não faço descontos porque nem sempre tenho trabalho certo</i> ”	51
4. “ <i>Não vou de férias a lado nenhum. As férias são para trabalhar</i> ”	55
<b>Capítulo 3: Estratégias para o Complemento de Rendimentos em Quatro Famílias do Concelho de Sesimbra: Reflexão</b>	<b>60</b>
1. As Escolhas	60
1.1. Deixar a Escola para Sustentar a Família	60
1.2. Trabalhar Mais para Ganhar Mais	61
1.3. Olhar ao que se Gasta	62
1.4. Poupar	63
1.5. Perspectivar o Futuro	63
1.6. Empreendedorismo	64
2. <i>Modos de Vida</i>	65
3. Estratégias para o Complemento de Rendimentos	67
<b>Conclusões</b>	<b>68</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>72</b>
<b>Anexos:</b>	<b>80</b>
Guião de Entrevista	
Entrevistas	

## AGRADECIMENTOS

O trabalho que aqui se apresenta, sendo um trabalho individual decorre, porém, da colaboração e apoio de um conjunto de pessoas que de forma mais directa ou mais indirecta participaram na sua formulação e, de facto, sem essas pessoas a viabilidade deste trabalho não teria sido a mesma.

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos dirigem-se à Professora Doutora Sónia Frias, orientadora científica desta dissertação, e amiga de há longa data e que pela orientação prestada, pelo apoio constante e pela confiança que em mim depositou conseguiu motivar-me e, nos momentos de maior incerteza e ansiedade, fazer-me acreditar no meu projecto e, principalmente, nas minhas capacidades.

Nesta oportunidade, quero também agradecer aos professores que fui tendo no decorrer do meu percurso académico que, não obstante intermitente ao longo dos anos, me foi proporcionando contactos privilegiados e que não deixaram em mim morrer o “bichinho” da curiosidade. Quero assim dirigir estes agradecimentos a professores de diferentes áreas disciplinares de quem tive a oportunidade de ser discente quer na licenciatura em Antropologia, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas, quer nas pós-graduações que levei a cabo na Universidade Aberta e no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

A realização desta dissertação tornou-se possível pela colaboração de quatro inquilinos da Câmara Municipal de Sesimbra. Pela disponibilidade que tiveram e pela coloração prestada sempre que solicitada, quero dirigir-lhes o meu mais profundo agradecimento e dizer-lhes que este trabalho também é deles, já que sem a colaboração prestada este trabalho nunca seria uma realidade.

Às minhas três colegas, a Guida, a Carla e a Teresa, dirijo um especial agradecimento na ajuda preciosa no decorrer deste processo e pela paciência e amizade que demonstraram ter nos momentos mais críticos e de maior cansaço pelos quais passei.

Agradeço o apoio, a motivação e o carinho que recebi de vários amigos e amigas ao longo deste tempo e que, por isso, tornaram este trabalho possível. Agradeço muito especialmente à Rosana Albuquerque que, pelo seu percurso académico e pela sua ambição e dedicação, tanto me influenciou e inspirou. Agradeço também à Elisa Rodrigues, à Antonieta e ao Carlos Santos, ao Luís Pisco, às minhas amigas e colegas de trabalho na Divisão de Acção Social, Habitação e Saúde da Câmara Municipal de Sesimbra.

A família é aquele núcleo que pela maior proximidade diária e também pelas expectativas geradas mais sofrem no acompanhamento de um processo deste tipo. Para mim muito penoso foi ter de prescindir de tempo para estar com a minha mãe e com o meu pai numa fase em que, sei, muito precisavam e muito queriam a minha presença. Pela forma como lidaram com a situação, pelo apoio que sempre me deram nas alturas mais críticas, pelo gigantesco amor que recebo diariamente deles e pelo modelo de vida que foram para mim, o meu muito obrigada.

Não estando já fisicamente ao pé de mim mas porque em mim sempre estará, quero agradecer ao meu irmão. Esteja ele onde estiver, estará, como tantas vezes o estive, feliz por mim.

Ao André, meu companheiro que sempre me apoiou e acompanhou nos meus ensejos ajudando na materialização dos meus projectos, quero agradecer pela amizade, companheirismo, compreensão, paciência e amor.

Ao meu filho, o Vicente, agradeço pela felicidade, amor e carinho de cada segundo que me permitiu viver nos últimos 7 anos da minha vida. Agradeço-lhe ainda por nestes últimos dois anos de ter tão bem sabido dividir o tempo dele com o tempo que este trabalho me exigiu.

Dedico esta dissertação ao Vicente.

## INTRODUÇÃO

Voltar à Universidade, para retomar estudos, depois de um largo intervalo de paragem, pode oferecer-se um risco, mas também se pode oferecer um desafio. Foi esta segunda ideia que me orientou, quando me propus candidatar-me ao Mestrado em Antropologia, passados quase vinte anos sobre o momento em que concluí a minha licenciatura, também em Antropologia e também no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Foram algumas as dificuldades que tive que enfrentar para resolver a inevitável perda de ritmo de estudo, o afastamento dos discursos académicos, para conhecer as novas linhas e perspectivas teóricas em discussão.

De início, começar de novo, oferecia-se uma incógnita.

Mas os tempos mudaram e cada vez mais a sociedade e o trabalho requerem aos indivíduos uma constante actualização de conhecimentos. Essa é a única forma se de conseguir lidar de modo adequado com as novas conjunturas, os novos fenómenos delas emergentes, ou por vezes, apenas com o redesenhar das abordagens que requerem hoje alguns dos fenómenos que, não sendo novos, carecem de ser compreendidos mediante outras perspectivas mais ajustadas aos novos contextos.

Trabalho como Técnica Superior numa autarquia dos arredores de Lisboa. Dessa circunstância deriva que em termos profissionais tenha que lidar muito de perto com as questões relativas à habitação social.

Esta temática por sua vez remete directamente para questões que têm a ver com a pobreza, com as preocupações das autarquias relativamente à sua população, com um novo entendimento (à luz da história, se quisermos), sobre os direitos das pessoas e as responsabilidades do Estado.

O trabalho que desenvolvo no âmbito das minhas competências profissionais, leva-me para o terreno e põe-me em contacto quase diário, com um universo populacional muito específico: com os arrendatários da Câmara Municipal de Sesimbra. Uma população que conheço bem e que se caracteriza por ser, na sua maioria, uma população com carências de vária índole, carências que no seu conjunto, fazem com que a população em causa seja considerada pobre pela autarquia e por isso com direito a aceder a alojamento social.

É meu objectivo neste estudo, apresentar o grupo de famílias com que me proponho trabalhar e que são 4, num total de 290. Mais adiante no texto, no ponto dedicado à contextualização

metodológica, desenvolver-se-á informação acrescida relativamente à selecção destas famílias.

Outro objectivo é o de revelar algumas das estratégias a que estas famílias deitam mão, no esforço de busca de rendimentos extraordinários, quando aqueles que já auferem não são suficientes para a manutenção dos agregados familiares e da gestão da vida doméstica.

Entre o grupo de famílias com que trabalho, identificam-se situações diferentes relativamente à situação laboral, logo ao tipo e montante de rendimentos auferidos.

As situações encontradas são muito heterogéneas. Uma família pode ser constituída por pais e filhos adultos (com os/as respectivos cônjuges destes), sem que nenhum destes elementos tenha um emprego formal e por isso a família tenha que recorrer a expedientes de vária índole para conseguir reunir rendimento. Mas podemos também encontrar famílias, alargadas, onde apenas um ou dois indivíduos têm um emprego e cujos rendimentos auferidos não bastam à manutenção de todo o agregado.

Encontramos ainda casos de indivíduos reformados a viver com uma parentela mais jovem, ou a viver em casal ou mesmo singularmente; assim como encontramos indivíduos que auferem subsídios de vários tipos que posteriormente também caracterizaremos.

Qualquer que seja a situação ou situações que possamos identificar, o que se constata é que nenhuma destas famílias consegue por uma via formal, rendimentos suficientes para fazer face às suas necessidades quotidianas.

O reconhecimento desta situação, pelo acompanhamento quase diário da vida destas famílias, acabou por nos revelar a existência de um conjunto interessante de soluções a que estes indivíduos, pelo menos alguns deles, deitam mão (ou mesmo inventam), na tentativa de melhorar a qualidade e as possibilidades do seu dia-a-dia.

Definimos também como objectivo deste trabalho o de se fazer uma caracterização desses recursos (na maior parte dos casos pequenos negócios, noutros casos, apenas angariação de alimentos sem objectivo de lucro) e, paralelamente, fazer uma apreciação do seu valor e a sua efectividade no que se reporta à alteração dos *modos de vida* de pobreza (Capucha, 2005), destas famílias.

A estrutura deste estudo, e apesar das alterações que o Processo de Bolonha permite para as dissertações de mestrado, obedece ainda a uma organização a que poderíamos chamar de modelo mais clássico. Ou seja a sua divisão, para além das tradicionais Introdução e Conclusões, ou Considerações Finais, é feita em duas partes principais, uma de teor mais geral e teórico e outra parte de teor etnográfico, construída a partir da informação recolhida no terreno.

Rompemos com a estrutura de linha mais clássica, apenas no ponto da metodologia, que optámos, para facilitar o enquadramento e apresentação da população e problemática a estudar, por desenvolver no seguimento do texto desta Introdução.

Antes das conclusões apresentaremos ainda uma breve discussão dos dados, no fundo, uma espécie de balanço das questões tratadas.



## 1. Metodologia

Façamos então a necessária referência às questões metodológicas.

Como já se referiu, este estudo deriva de um interesse motivado pelo contacto quotidiano com a população em análise, contacto esse profissionalmente justificado.

Este facto, apresenta desde já um primeiro grande risco: o da perspectiva, ou o do distanciamento do observador por relação ao objecto de estudo, se preferirmos. Um dilema antigo em ciências sociais em geral, mas para a Antropologia muito em particular. Questão muito debatida por autores como Moreira (1994) e outros como o Perto e Pelti (1978), e Quivy (1997), etc. Questão causadora de viés de observação e de outros danos igualmente graves.

As correntes pós-modernistas, com as quais, confesso, tomei contacto mais aproximado apenas recentemente, vêm contudo, aliviar um pouco a carga desta perspectiva, acolhendo e mesmo valorizando o *apport* do investigador. Neste sentido, vejam-se a título exemplo alguns dos trabalhos de Geertz (1983), e ou de Gellner (1992) e de outros autores mais recentes como por exemplo Rosaldo (1993) e Clifford (2002). Claro está que isso não significa espaço à falta de seriedade ou sequer a desvalorização das orientações clássicas, antes, compreende sobretudo outros vectores de conhecimento e esse facto leva por seu turno a uma maior investimento nos cuidados a ter nas análises.

Um distanciamento é sempre necessário. A ciência requiere-o, a actividade profissional que exercemos a isso obriga, o bom senso, a isso conduz.

### 1.1.A Amostra

Do universo de 290 famílias que residem no Parque de Arrendamento Habitacional Municipal (PAHM, 2007) de Sesimbra, actuamos profissionalmente junto de cerca de 90 delas.

Desse total, cuja realidade quotidiana conhecemos de perto, trouxemos para este estudo a situação concreta de 4 famílias e de entre essas famílias, entrevistámos apenas um elemento de cada agregado familiar.

A selecção das famílias foi pré-determinada - usou-se uma amostra de conveniência (MOREIRA, 1994 e CARMO e FERREIRA, 1998) e essa escolha derivou dos seguintes factores: o facto de se deter sobre estas famílias e sobre os seus quotidianos, informação detalhada, conseguida por meio de uma relação, desenvolvida ao longo de vários anos de trabalho, ao serviço da Câmara Municipal de Sesimbra.

Desse acompanhamento técnico, acabou por resultar uma relação de confiança importante por parte dos inquilinos relativamente ao trabalho desenvolvido o que permitiu considerar que, as respostas às entrevistas seriam espontâneas e verdadeiras.

É claro que trabalhamos com mais famílias com as quais temos vindo a desenvolver uma relação de confiança, mas acontece que, nestas quatro famílias, há indivíduos que desenvolvem actividades económicas no sector informal e o conhecimento desse facto foi determinante, para a sua selecção, pois que a questão que pretendemos tratar neste estudo, tal como já referimos na introdução, tem a ver directamente com essa questão.

Nem todos os membros destes agregados familiares desenvolvem actividades (com vista à angariação de recursos económicos extraordinários), no sector informal da economia, daí que tenhamos entrevistado o elemento familiar que, dedicando-se a esses expedientes, concordou em dar a entrevista.

É de notar que, em duas dessas famílias, as actividades económicas informais exercidas pelo nosso entrevistado, constituem-se claramente em recurso complementar dos rendimentos base auferidos por via de trabalho formal e num dos casos serve como complemento à pensão de reforma. No quarto caso, o entrevistado realiza trabalho apenas no âmbito do circuito informal. Observe-se que, neste caso em concreto e como se poderá compreender melhor adiante neste trabalho, este indivíduo realiza vários tipos de actividades no campo informal.

## 1.2. Entrevistas

O tipo de entrevista por que optámos foi a entrevista semi-estruturada, sendo que a escolha por este tipo de entrevista derivou em grande medida na vantagem que considerámos ser a da sua flexibilidade: pela ordem invariável pela qual podem ser colocadas as questões; pela possibilidade de introdução de novas questões e ainda pela possibilidade de adaptação ao entrevistado. Como nos diz Moreira:

*“ (...) no caso das entrevistas semi-estruturadas, o entrevistador faz sempre certas perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informação. O entrevistador tem, assim, possibilidade de adaptar este instrumento de pesquisa ao nível da compreensão e receptibilidade do entrevistado”*  
(1994: 133)

Outro factor que nos fez optar pela escolha deste tipo específico de entrevista, foi o facto de, apesar de não serem histórias de vida, não deixarem, neste caso, de nos permitir o acesso a

informação sobre as experiências, conhecimentos e as emoções dos entrevistados, pela forma bastante autónoma, ainda que orientada, com que estão na entrevista.

Na nossa pesquisa aplicámos então quatro entrevistas do tipo semi-estruturado. Partimos do pressuposto de que a quantidade de entrevistas não define quer a qualidade da investigação quer tão pouco a representatividade da mesma, dado que não pretendemos com este estudo fazer generalizações. Neste caso não é a quantidade que gera representatividade, uma vez que pelo seu carácter individual, cada uma das entrevistas representa uma interpretação única da realidade mas que integra um processo social comum.

De acordo com Quivy e Campenhoudt ([1995] 1998), esta técnica não deixa de se adequar à

*análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc., (é ainda importante realçar) o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos (1998: 193-194).*

### **1.3. Observação**

Importante também foi o recurso à observação.

Esta técnica de recolha de dados permite ao investigador o acesso a informação observável, a qual será posteriormente analisada de forma sistemática. Para o efeito, importa muito especialmente, saber o que observar, quem observar e como observar (QUIVY et al, 1998).

Neste caso, a observação decorreu não apenas nos momentos de aplicação da entrevista. Na verdade tem vindo a ser realizada ao longo dos anos por motivos que se prendem com a nossa actividade profissional.

De igual modo, constituíram momentos de observação, as conversas de natureza informal levadas a cabo com os entrevistados e também com outros elementos dos agregados familiares e mesmo com a comunidade de vizinhança.

A observação torna-se, face ao método que adoptámos, uma técnica complementar de recolha de informação e que poderá ainda colmatar algumas das dificuldades levantadas pela aplicação das entrevistas, dado que, os conteúdos destas não se apresentam, de forma

imediate, ao pesquisador, necessitando as mesmas de interpretação e buscando o investigador forma e sentido ao discurso<sup>1</sup>.

Sendo a análise dos modos de vida das pessoas e famílias que, vivendo em situação de pobreza, encontram estratégias para complementarem os rendimentos que auferem, dizemos nós, e seguindo Quivy que importa a

*(...) análise não verbal e daquilo que ela revela: as condutas instituídas e os códigos de comportamento, a relação com o corpo, os modos de vida e os traços culturais, a organização espacial dos grupos e da sociedade, etc.” (1998: 198).*

#### **1.4. Análise dos Dados**

Associando as nossas competências técnicas ao nível da investigação com as nossas competências pessoais (MOREIRA, 1994) e também àquelas que derivam da nossa actividade profissional, partimos para uma análise da informação recolhida, através das técnicas de registo já apontadas, que se pretende, mais do que uma análise de fundo hermenêutico, que seja uma análise que nos permita demonstrar uma determinada realidade, pretendendo-se a explicação do funcionamento da mesma.

Como temos vindo a referir, estas famílias residem em bairros municipais do Concelho de Sesimbra, condição esta que nos alega que estamos perante famílias que vivem em situação de pobreza (rendimentos insuficientes para acederem ao mercado privado de habitação, seja de arrendamento, seja de venda) e em situação de exclusão social (excluídas socialmente por motivos, principalmente de segregação, quanto mais não seja residencial/espacial e pelos *modos de vida* associados). Alguns dos nossos entrevistados, e como adiante se referirá com mais detalhe, são activos no sector formal e complementam o rendimento aí auferido, com recurso a actividades remuneradas não declaradas oficialmente, isto é, não declaradas, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Nesta categoria dos activos no sector formal podemos ainda encontrar aqueles que, para além dos rendimentos auferidos no sector informal beneficiam também de um complemento de rendimento através da Segurança Social, nomeadamente através do Rendimento Social de Inserção (RSI).

---

<sup>1</sup> Maria Angela Silveira Paulilo\* A PESQUISA QUALITATIVA E A HISTÓRIA DE VIDA In Serv. Soc. Rev. Londrina v. 2 n. 1 p. 1-153 jul./dez. 1999 [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm), site consultado a 19/05/2010

Outros são reformados e/ou pensionistas que complementam este rendimento com recurso a actividades remuneradas não declaradas oficialmente. Outros ainda são aqueles que não exercem qualquer actividade de natureza formal, que não são beneficiários de RSI e que de forma irregular vão exercendo uma actividade, ou mais que uma em simultâneo (nomeadamente actividades no âmbito da construção civil, jardinagem e limpezas).

Do cruzamento dos dados colhidos, se conseguirá então, espera-se, um melhor conhecimento sobre a realidade em que se constitui a vida destas famílias.

## **PARTE I**

### **POPULAÇÕES E POBREZA**

## Capítulo 1: Notas Sobre Pobreza e Economia Informal

### 1.1. Algumas Observações sobre a Pobreza

A teoria e a pesquisa sobre a pobreza que na área da Antropologia e noutras (nomeadamente da Sociologia e da Política Social), se tem vindo a desenvolver, é seriamente devedora, dos trabalhos levados a cabo nos anos sessenta do Século XX, por Óscar Lewis, nome incontornável no campo da Antropologia da Pobreza, e do conceito que o autor propôs, de *cultura da pobreza* (Lewis, 1966). É certo que este conceito foi posteriormente muito criticado por outros autores, nomeadamente Charles Valentine, na década de 60 e, nos anos seguintes por Janice Perlman (1970) Anthony Leeds (1971) e Manuel Castells (1977), sendo que, em especial estes últimos vêm reagir contra a ideia de *cultura de pobreza* enquanto *quadro opressor*, e limitador da acção dos pobres. Defendem estes autores que, o conceito proposto por Lewis, sendo particularmente pessimista, abre, em certa medida, campo à ideia da responsabilidade do pobre pela sua condição de pobreza.

Propondo uma nova óptica, muito em particular Castells (1977), traz à análise outra perspectiva, remetendo para o sistema capitalista, grande parte da responsabilidade no que respeita à manutenção e mesmo ao aumento da pobreza e do número de pobres.

Importa também fazer referência à perspectiva de Pearlman, uma vez que a consideramos de grande auxílio para o enquadramento da realidade do grupo de pobres que estudamos. A autora, muito crítica da obra de Lewis, vem propor, com base na sua própria experiência de trabalho (experiência duradoira com pobres de *favelas* e *bairros* nalguns países da América Latina), a ideia de que, perante situações de pobreza, muitas vezes, até extrema, há sempre pobres, que conseguem reagir e de alguma forma conseguem, ou minimizar a situação de carência, ou nalguns casos, chegar mesmo a romper com o ciclo vicioso da pobreza.

O tipo de expedientes de que os indivíduos pobres se socorrem para agir em prol da melhoria da sua condição de vida, pode não ser sempre lícito e muitas vezes, pode até, ser ilegal, no entanto, não deixam de se constituir em estratégias que lhes permitem melhorar a sua vida. A autora (Perlman 1970), remete até para a ideia de oportunidade (que os pobres sabem reconhecer com argúcia) e de oportunismo (no desenvolvimento de esquemas de actuação para tirarem proveito, muitas vezes egoísta e até amoral, das oportunidades), que no seu entender, mesmo quando não se possam considerar correctas, não deixam por isso de ser eficientes no objectivo de melhorar a vida.

Neste trabalho, mais adiante, falaremos de actividades de indivíduos de famílias pobres, que

não sendo criminosas, não deixam de ser ilegais (se avaliadas segundo o nosso quadro de referências jurídicas), porque realizados fora do circuito formal de economia (no sentido em que são actividades económicas paralelas, não denunciadas ao fisco), mas que estão ao alcance da realização destes pobres e lhes são imprescindíveis, na procura de um complemento de renda claramente necessário, pois que de outro modo, estas famílias seriam ainda mais pobres.

Mas voltemos um pouco atrás, para reatar a linha de orientação do discurso com um sentido mais teórico. Neste campo, o dos estudos e propostas sobre pobreza, mas muito substancialmente sobre a vida dos pobres e as suas estratégias de sobrevivência, a investigação mostra que, nesta área, a da pobreza, e das políticas sociais e económicas, têm de algum modo feito eco, algumas propostas teóricas que importa referir, nomeadamente as Teoria da subcultura da pobreza; do Ciclo da Pobreza; da Distribuição Desigual do Rendimento; da Dualidade do mercado; da Desigualdade de Status e Poder; a Teoria funcionalista; o Modelo das estratégias de sobrevivência; a Teoria das Políticas de Rua, etc. (ver Frias, 2006).

Segundo Frias (2006), muito em especial ao Modelo das Estratégias de Sobrevivência e à Teoria das Políticas de Rua, está subjacente o conceito de *economia informal*, tal como foi identificado na década de '90 por Bayat (1997), e o de *empowerment* (veja-se Friedmann, 1996), que acaba por relacionar os pobres com a sua capacidade para melhorar de vida, com a capacidade de cada indivíduo para explorar ou activar competências pessoais e fazê-las progredir com vista a uma melhoria de vida, sustentável e duradoira.

As análises de Bayat, remetem-nos para a ideia de que os pobres podem sempre socorrer-se de um conjunto de habilidades e/ou recursos (em termos de, um conjunto de saberes no domínio de certas actividades), a que podem deitar mão. Por exemplo: produzir para vender (comida – bolos, por exemplo, ou roupa), revender produtos de terceiros (revenda casa-a-casa ou na própria rua, de produtos de vária índole – no nosso país é muito comum que, sobretudo senhoras, vendam segundo este sistema, produtos de beleza, bijuteria ou mesmo ouro, etc.), ou vender directamente trabalho: a realização de biscates, engraxar sapatos, arranjos de pequenos artigos domésticos, etc.

Também Capucha se tem dedicado aos estudos sobre pobreza trazendo à discussão duas tradições teóricas no campo dos estudos sobre o paradigma culturalista e o paradigma socioeconómico (Capucha, 2005), procurando aqui integrar de forma simultânea e multidimensional factores de redistribuição de recursos, factores de acesso às respostas sociais e à participação na sociedade e, os modos de vida dos pobres, suas percepções



Uma análise destas teorias remete-nos para a ideia de que associam: (1) os diferentes sentidos pelos quais se pode entender a pobreza (carência material, falta de recursos económicos, carência social e carência energética); (2) diferentes níveis de pobreza (absoluta e relativa); (3) as causas da pobreza (factores político-legais, factores económicos, factores sócio-culturais, factores naturais, problemas de saúde, factores históricos e insegurança, factores individuais e familiares); (4) as consequências ou dimensões da pobreza (fome, baixa esperança de vida, doenças, falta de oportunidades de emprego, maiores riscos de instabilidade política e violência, emigração, exclusão social de grupos vulneráveis, sem-abrigo, depressão); (5) as formas de pobreza (pobreza do “ter”, do “fazer”, do “ser” e do “estar”, associada a formas de auto-exclusão e de hetero-exclusão) e, por fim, (6) as medidas para melhorar a situação dos pobres (nomeadamente, habitação económica, educação acessível cuidados de saúde acessíveis, apoio ao emprego e à formação profissional, subsidiar o emprego, encorajar a participação política e a intervenção na comunidade, o trabalho social e voluntário).

Considerando estas categorias de análise e principalmente os sentidos pelos quais se pode entender este fenómeno, verificamos existir na literatura sobre esta matéria, uma diversidade de definições e abordagens mas também, ou por consequência, uma contínua dificuldade de conceptualização da noção de pobreza. Tal, em nosso atendimento, fica a dever-se ao facto de a pobreza abarcar, repetimos, uma realidade multidimensional (Amaro 1991, Costa 1992 e 1998, Capucha 2005, entre outros). Não obstante, podermos dizer ser consensual que a pobreza tem sido analisada tendo por base três perspectivas principais: *rendimento*, *consumo e bem-estar*<sup>2</sup>. Deste modo, tem-se dado atenção particular às condições de vida dos indivíduos, considerando-se a existência de um nível mínimo de recursos (o que nos remete para o conceito de pobreza absoluta - tal como é definido por organizações internacionais (a OCDE e os diferentes organismos da ONU).

Outro tipo de análise remete-nos para os conceitos de pobreza subjectiva e pobreza relativa (Costa, 1992), que implica a comparação da situação de pobreza com o padrão de vida dominante numa dada sociedade.

Concentrando-nos na análise da pobreza relativa, encontramos o muito conhecido conceito defendido por Townsend em 1979:

*(...) são considerados pobres os indivíduos que não dispõem dos recursos necessários para fazerem face às necessidades alimentares, terem as condições de vida e de conforto genericamente difundidas e participarem nas actividades sociais e culturais das*

---

<sup>2</sup> AMARO, Rogério Roque (s/data) *A Exclusão Social Hoje*, Cadernos do ISTA, 9

*sociedades a que pertencem*<sup>3</sup>

Não obstante, e como refere Frias (2006: 65), na esteira de Ward (1976), torna-se necessária:

*Uma reconceptualização da pobreza que deve abranger cada vez mais um conjunto de novos estigmas, fruto de novas condições quer de separação, quer de dependência, pois que lidamos agora com uma pobreza inscrita no processo de democratização, uma pobreza com acesso a produtos tecnológicos mais recentes, uma pobreza reivindicativa.*

Esta afirmação vem ao encontro das abordagens sobre os fenómenos da pobreza nas sociedades urbanas industrializadas, abordagens estas que apontam para uma visão cruzada da pobreza e da exclusão social, mas também ainda, para uma visão das desigualdades, da injustiça e da segregação (Frias 2006). Em termos metodológicos, a análise da pobreza remete-nos, portanto, e referindo-nos uma vez mais a Frias (2006), para uma abordagem holística, dado tratar-se, como já o dissemos antes, de um fenómeno que abarca várias dimensões.

O desenvolvimento e implementação de estratégias de combate à pobreza e à exclusão social, passam indubitavelmente por se ter em atenção o quadro multidimensional destes fenómenos e por se considerar essas estratégias no quadro de debate da cidadania e da democratização e, com este enquadramento, conciliar as estratégias que os indivíduos e grupos em situação de pobreza encontram para melhor sobreviver, com as estratégias e políticas de acção social conducentes à autonomia, participação e integração dos mais pobres na sua própria vida e na vida em sociedade, ou seja, conciliando os pontos de vista *emic* e *etic* (Batalha 1998), das situações de pobreza.

O entendimento sobre a pobreza deverá por tudo isto, ser contextualizado à luz do desenvolvimento social, económico e político das sociedades, num quadro de globalização.

Em Portugal, e considerando os factores recentes de empobrecimento<sup>4</sup> (veja-se o programa comunitário, designado por: *Pobreza III*, nomeadamente o projecto *A pobreza é com todos: mudanças possíveis – balanço de uma experiência*, 1994), podemos apontar os seguintes processos: as “transformações estruturais com vista a uma modernização do sistema produtivo” (que implicou reestruturação de sectores de produção com implicações ao nível da supressão de postos de trabalho e o encerramento de empresas); a generalização de “estratégias de precarização e externalização do emprego” (que tiveram como consequência

<sup>3</sup> cit in., AMARO, Rogério Roque (s/data) *A Exclusão Social Hoje*, Cadernos do ISTA, 9

<sup>4</sup> Note-se, que nesta parte, nos debruçamos substancialmente sobre a leitura de experiência resultantes da medida comunitária Programa Pobreza III, pp. 32-33 (Para mais informação, consulte-se a Bibliografia).

mais imediata o aumento da insegurança dos trabalhadores); e a cada vez maior “*exigência de mão-de-obra qualificada, de racionalização da actividade produtiva, de automatização*” (que gerou um clima de incerteza para o futuro de certas categorias profissionais).

Este quadro, está, associado às transformações, que ao nível da Europa, temos vindo a assistir, nomeadamente: às *mudanças demográficas e sociais*, patentes no “*envelhecimento da população e na alteração das estruturas familiares com enfraquecimento das solidariedades e na crise financeira do sistema de segurança social*”, ou seja aos problemas gerados pelo desenvolvimento, e que estão na origem de situações de pobreza recentes.

A estes associam-se ainda problemas que perduram na sociedade portuguesa há já longas décadas e que, segundo os autores do projecto já referido<sup>5</sup> (Pobreza III – *a pobreza é com todos*), que temos vindo a citar, se devem a problemas associados a “*várias debilidades da estrutura produtiva do país (...) agricultura tradicional pouco produtiva e um tecido industrial maioritariamente composto por pequenas e médias empresas de sectores tradicionais*”.

Quadro perante o qual, os autores afirmam que a pobreza em Portugal é “*algo que não se reduz a uma mera situação conjuntural. Trata-se de um fenómeno estrutural e persistente, fortemente enraizado no tecido social, que assumiu grande extensão e intensidade*”<sup>6</sup>

Num contexto social assim definido, abrem-se fileiras a novos mecanismos de pobreza e de exclusão social, para além daqueles *tradicionalmente associados à geração, persistência e reprodução da pobreza*. E, é neste contexto, que podemos abordar a questão mais concreta da pobreza enfrentada pelo grupo de famílias que importa aqui estudar.

#### **1.1.1. Considerações sobre Pobreza Urbana**

A evolução das sociedades face ao fenómeno da pobreza, também deve ser analisada face à produção legislativa neste domínio, pois, esta produção “*pode assumir-se como um conjunto de políticas de intervenção nos fenómenos da pobreza e da exclusão social*” (Rodrigues et al: 1999: 63), pelo que importa ter em atenção o enquadramento legislativo existente ao longo do tempo nas diferentes áreas da protecção social (saúde, habitação, família e justiça).

Em nosso entendimento, em Portugal o salto nesta matéria foi dado com a entrada de Portugal

---

<sup>5</sup> Programa *Pobreza III – a pobreza é com todos: mudanças possíveis – balanço de uma experiência*, 1994.

<sup>6</sup> Idem, p.31.

na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, sendo que de então para cá têm vindo a aumentar em vários campos, as iniciativas de carácter legislativo com vista a diminuição dos factores de pobreza bem como dos factores de risco de exclusão social de grupos socialmente mais vulneráveis (exemplo disto, são as iniciativas em áreas de actuação relativas a imigrantes e minorias étnicas, crianças e jovens em risco, indivíduos à procura do primeiro emprego, apoio ao auto-emprego, toxicod dependência e a chamada terceira idade)

A complexidade da pobreza assim como a transversalidade interpretativa que a sua análise implica, projecta o estudo deste fenómeno para um lugar, onde a Antropologia, se evidencia como uma disciplina de charneira. Em contexto urbano esta necessidade afigura-se ainda mais claramente, e aqui, o recurso à Antropologia da Pobreza Urbana, assume particular destaque, dado que os fenómenos de âmbito urbano, não podem ser desligados das várias das dimensões do desenvolvimento sócio-cultural das cidades.

## **1.2. Algumas Observações sobre Economia Informal**

Antes de avançarmos neste ponto, importa que expliquemos como é que, para este estudo, a economia informal tem uma importância relevante, carecendo por isso de análise.

A população que estudámos, é, como já foi feita referência, uma população pobre, que deita mão a expedientes de vária índole, para conseguir suprir carências económicas. Esses expedientes, são na sua maior parte actividades realizadas no âmbito do sector informal da economia. Ao longo das suas vidas, estas pessoas recorreram de forma frequente a trabalhos neste sector da economia informal, sendo até recorrente acumularem mais do que uma actividade informal com o objectivo de obterem os rendimentos suficientes para fazer face às necessidades que foram criando. Os rendimentos provenientes destes trabalhos juntam-se, em algumas das situações estudadas, a rendimentos provenientes da área formal da economia, obtidos quer através do trabalho, quer de subsídios e de apoios do Estado, pois que estes rendimentos, provenientes de trabalhos que exigem pouca qualificação, são baixos e, como tal, insuficientes. Não é de mais lembrar que as pessoas que enquadram o nosso estudo têm baixas qualificações escolares e qualificações profissionais também baixas, não obstante uma experiência de trabalho vasta. São pessoas integradas em famílias em geral numerosas e provêm também, de famílias marcadas por situações de pobreza.

Posto isto, importa então referir que, na literatura sobre o tema da economia informal, é consensual vermos afirmada a dificuldade na definição precisa deste conceito (Cunha 2006 e Frias 2006), encontrando-se com frequência várias denominações para abarcar a mesma

realidade, como sejam *economia paralela*, *economia subterrânea* ou *economia não observada*, entre outras. O debate teórico é desenvolvido em torno de três problemáticas principais: o auto-consumo das famílias; o sector informal, de natureza familiar, e a economia informal, abarcando aqui, por um lado, as actividades de natureza ilegal embora não ilícitas, e as actividades de natureza ilícita.

Com o objectivo de precisar melhor este conceito, encontrámos duas teses que nos mereceram especial atenção. Assim, numa problematização do conceito de economia informal, Sónia Frias propõe-nos a perspectiva de Macharia, assim descrita:

*O sector informal compõe-se a partir de actividades económicas comerciáveis e não comerciáveis, actividades essas de dimensão variável embora se verifique uma forte predominância de actividades de pequena escala que, não sendo oficialmente reguladas, são sempre consideradas ilegais por parte dos Estados. Em termos sociais no entanto podem distinguir-se entre actividades dissimuladas – as não reguladas mas úteis, pacíficas ou não ofensivas –, e actividades ilícitas – as genericamente associadas à marginalidade social e ao crime (2006:129).*

Considerando as *actividades dissimuladas* os negócios *socialmente positivos*, porque acessíveis às camadas mais pobres da sociedade e porque geradores de rendimento e fomentadores de *empowerment*. Sónia Frias dá como exemplos de actividades ilícitas a prostituição, a corrupção, o roubo e o tráfico de drogas (2006:130).

Manuela Cunha, ao dissertar sobre o binómio formalidade/informalidade, e partindo, desta forma, para uma análise ontológica dos conceitos, prefere a uma definição substancial de economia informal, definir o que diz serem:

*(...) as principais coordenadas desta noção, a saber: a ausência de regulação das actividades económicas pelo Estado, (...) a ausência de uma lógica de mercado; ou ainda, a ausência de legalidade (2006: 221).*

Neste sentido, refere que as actividades possíveis de enquadrar a economia informal *vão do trabalho doméstico, da troca e da ajuda recíproca ao trabalho clandestino e a tipos de subcontratação, dos mercados paralelos de produtos lícitos à circulação de produtos ilícitos, da contrafacção à corrupção* (Cunha 2006: 221). A própria autora indica as questões que podem ser colocadas em torno desta discussão, sendo a principal dessas questões aquela que se prende com a *esfera legal*.

Neste sentido, Manuela Cunha, entende que são as perspectivas de Gaughan e Ferman (que se afastam das teses de Castells e Portes<sup>1</sup>), as que melhor podem situar os *trânsitos*

*sucessivos pelas várias facetas da economia informal*, dando esta autora, como exemplo, a experiência dos habitantes de alguns bairros sociais em Portugal (pois Gaughan e Ferman afastam a distinção do estatuto legal dos produtos que circulam no domínio da economia informal, tanto mais que consideram que a dicotomia produtos lícitos/ produtos ilícitos, não se justifica se tivermos em atenção que, para além do ponto de vista dos actores e pensando em termos económicos, as actividades que fazem circular produtos ilícitos, tais como o tráfico e o contrabando, são geradoras de desenvolvimento económico e até de investimento em actividades de âmbito formal).

Com o objectivo de definir os limites do informal, Manuela Cunha recusa considerar sinónimos, os conceitos de economia informal e de economia paralela, considerando que esta evolui separada das realidades existentes quer estas sejam legais ou ilegais. Neste caso, dá como exemplo novamente o tráfico de droga, que entende estar enquadrado nos contornos da economia informal, pois ao surgir como mais um produto entre muitos outros que são alvo de transacção, não se configurou *como um quadro económico próprio, separado de outras lógicas, nem correspondendo forçosamente ao perfil de uma economia antagónica ou de substituição* (2006: 223).

Como refere a autora, o conceito de economia informal, mais do que uma noção estática deve ser tomada como um *processo* (Cunha 2006: 221) e, julgamos ser neste domínio, para além de outros que se revelam, que ambas as perspectivas aqui expostas parecem concordar, ao evidenciarem as lógicas e dinâmicas sociais e económicas que estão subjacentes à economia informal, e que a nós nos importa trabalhar no decorrer da nossa investigação.

Se as primeiras abordagens académicas sobre o tema da economia informal giram em torno de trabalhos na área da Economia e da Antropologia levados a cabo em países da América do Sul e de África, fazendo emergir novos paradigmas no âmbito das políticas do desenvolvimento, mais recentemente, a partir da década de 90, vemos aumentar a produção académica sobre a economia informal também nos países desenvolvidos. A relevância de que o tema se tem vindo a revestir, leva a que, inclusivamente se afirme que a economia informal, é, por certo, *um dos grandes temas deste século* (Carneiro e Silva 2002: 1) Na verdade, o estímulo à actividade académica sobre a economia informal nos países ditos desenvolvidos surge de uma empiria que vimos caracterizada por Kraychete (2000: 5), quando refere que como resultado do aumento do desemprego, do aumento do tempo em que o trabalhador se mantém na situação de desempregado e da diminuição do poder de compra, as famílias e os indivíduos encontram soluções de sobrevivência em *formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas a um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente*.

A relevância que as actividades decorrentes da economia informal tem vindo a adquirir sob os

pontos de vista social, cultural, económico e político, quer nos chamados países em desenvolvimento, quer nas sociedades ditas desenvolvidas, têm permitido a emergência de novas formas de abordar o tema, tanto assim que, o discurso segundo o qual, a economia informal é algo a eliminar, pela sua natureza ilegal, começa a ser substituído por um outro que alimenta a possibilidade de legitimar, integrar e enquadrar a economia informal no ordenamento jurídico-legal, quer porque se instituiu como elemento de combate à pobreza e à exclusão social, quer porque contribui para a diminuição dos mecanismos de intervenção do Estado-Providência (Menezes, 2008).

Ao mesmo tempo que a economia informal se revela como meio, mesmo que transitório, para fazer face às situações de desigualdade social provocadas por uma economia de mercado globalizada em que os Estados se revelam por vezes incapazes de gerar emprego e riqueza e, por conseguinte, de uma equitativa distribuição da riqueza, o trabalho em actividades informais mantém os trabalhadores em condições laborais por vezes intoleráveis: salários baixos, insegurança em relação ao futuro, ausência de protecção social e de direito à reforma e ausência de rendimentos em caso de doença e acidentes (Kraychete 2000), etc. Porém esta é ainda a contingência da economia informal e é contra essa contingência que a segunda alternativa (a da legitimação, integração e enquadramento da economia informal no ordenamento jurídico-legal) se apresenta como a mais razoável e defendida por instâncias como, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em 2002, na 90ª Conferência toma a Resolução intitulada *O trabalho digno e a economia informal*.

De acordo com um estudo da Universidade Católica Portuguesa<sup>7</sup>, a economia informal - entendida neste estudo como a *actividade económica que não sendo em si mesma ilegal, se processa ao arrepio das normas vigentes, sendo aqui enquadráveis a evasão às normas fiscais, o desrespeito pelas normas laborais de qualidade e segurança dos produtos ou ambientais*, excluindo as actividades que se entendem como propriamente ilegais, como sejam o tráfico de droga, a corrupção e o roubo - em Portugal representa 22 a 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e, neste sentido, a economia informal é algo a combater, pela eliminação das condições conducentes ao alastramento deste tipo de economia, que, na opinião dos seus autores, passa essencialmente pela tomada de medidas de natureza jurídica, sancionatória e fiscalizadora em relação ao cidadão, tomado como prevaricador.

Porém, a economia informal será eventualmente o meio encontrado por muitos cidadãos para fazer face a conjunturas de crise económica. Como defende Leonel Moura, no Jornal de

---

<sup>7</sup> *Economia Informal em Portugal*, Relatório Final, Estudo elaborado para a COETC e IAPMEI pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa, Julho de 2008.

## Negócios<sup>8</sup>

*(...) Na medida em que estas operações envolvem um número considerável de cidadãos – e bem sabemos como em Portugal existe uma prática generalizada do biscate – é evidente que estamos perante um importantíssimo “sector” da actividade económica. Ora, em tempos de crise, esta tão vilipendiada cultura típica dos países do sul da Europa, acaba por resultar numa verdadeira almofada social e garantir a subsistência de muita gente que de outro modo cairia na miséria mais absoluta.*

Neste trabalho, interessa-nos analisar as lógicas de sobrevivência dos pobres atendendo às debilidades que estes têm para concorrerem e se manterem nas dinâmicas da economia formal. Assim, mais do que as questões do combate à economia informal, o que nos importa são as questões de combate à pobreza e à exclusão social, presumindo, na esteira de alguns autores (Cunha, 2006, Frias, 2006, Menezes, 2008 e outros), que a economia informal, para os muito pobres, é, essencialmente, um meio de combate à pobreza.

---

<sup>8</sup> Jornal de Negócios, 20.02.2009 [www.jornaldenegocios.pt](http://www.jornaldenegocios.pt)



## **Capítulo 2: A Importância do Recurso a Estratégias de Economia Informal**

### **2.1. Algumas das especificidades do Concelho de Sesimbra**

O facto de Sesimbra estar integrado no Parque Natural da Arrábida e de possuir a sul e a oeste, uma boa orla marítima, fez realçar como actividades económicas mais importantes neste Concelho a pesca e a construção naval, a transformação do pescado, o turismo e a extracção e transformação de vários tipos de pedra da região.

Não obstante, os dados mais recentes apontam para uma nova realidade. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sesimbra 2008-2010 (PDSCS), verificou-se uma estagnação na expansão das actividades económicas locais entre 2000 e 2006, constatando-se o aumento acentuado do número de empresas ligadas ao ramo da construção civil, entre 1995 e 2000 e, decorrente deste surto construtivo verificou-se, no período compreendido entre 2000-2006, um aumento significativo das actividades imobiliárias.

O ramo do alojamento e da restauração sofreu, entre 2000 e 2005, uma quebra acentuada de unidades relativamente ao período anterior. No entanto, em termos de efectivos ao serviço, o mínimo, à volta das 160 unidades, manteve-se quase estável não denotando um crescimento efectivo da resposta turística que é tido como um forte vector económico assente na relação campo/praias.

Realça-se a perda de efectivos no ramo da pesca e das actividades agrícolas e pecuárias, que desceu de terceiro lugar para o oitavo, em termos de maior empregador local.

Os dados do Plano de Desenvolvimento Social relativamente ao número de desempregados do Concelho referem uma oscilação cíclica no período que decorre entre 1997 e 2007: numa primeira fase, 1997-2001 verificou-se uma redução do número de desempregados, facto que esteve associado a dinâmicas económicas globais positivas que promoveram os sectores da construção, nomeadamente por via da realização de grandes obras públicas e também pelo emprego promovido pela AutoEuropa. A nível das dinâmicas locais deve apontar-se a reconversão de trabalhadores do sector da pesca para o ramo da construção civil. Numa fase seguinte, 2002-2007 constata-se o aumento do número de inscritos no Centro de Emprego, acompanhando quer a realidade global nacional e internacional, como reflexo da atenuação dos mercados posteriormente ao 11 de Setembro de 2001, quer a realidade local marcada por um significativo aumento populacional e pela diminuição da actividade na construção.

Os dados oficiais não nos dão informação relativamente à existência da prática de actividades

económicas informais, quer no Concelho de Sesimbra quer noutros. Mas, do conhecimento que temos da população em estudo - a população pobre e vulnerável à pobreza residente nos bairros de habitação social municipal do Concelho de Sesimbra – é, como já se foi fazendo referência, prática significativa, o recurso ao trabalho em actividades do domínio da economia informal, com o fim de permitir o complemento de rendimentos obtidos quer pela via de reformas e pensões, do trabalho em sectores da economia formal, e ainda pela via de subsídios e apoios estatais, nomeadamente pela via da prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI) e do Subsídio Social de Desemprego.

É neste quadro que entendemos tomar a Antropologia como a disciplina que nos vai permitir compreender e analisar aqui as áreas de intervenção dos pobres que estudamos. Importa assim, recordar aquilo a que Moura (2009) se refere quando avança com a ideia de traços culturais, fazendo referência a algumas das actividades mais realizadas pelos pobres no seio da sociedade portuguesa.

O autor, chama a atenção para as características do tipo de actividades realizadas neste domínio, em concreto, os denominados *biscates*, que, como refere, permitem garantir a subsistência de muitas pessoas que, de outro modo, cairiam em situações de pobreza absoluta, sendo que o recurso ao *biscate* não pode deixar de ser apreciado, para um melhor entendimento não apenas da actividade mas das possibilidades dos indivíduos em certos contextos culturais assim como na sua relação com o ambiente (Campbell, 1983; Batalha 2005).

## **2.2. Características das principais actividades realizadas pela população em estudo.**

Assim, nota-se entre a população que estudamos, residente em Sesimbra, que os indivíduos recorrem essencialmente à realização de actividades na área da prestação de serviços: o trabalho doméstico, a jardinagem, a construção civil, serviços de cabeleireiro e estética, e ainda, actividades muito características do Concelho de Sesimbra, a saber, as actividades de carácter sazonal e associadas à recuperação de recursos do meio, como sejam as actividades ligadas à pesca e à indústria do pescado, as actividades ligadas ao turismo, nomeadamente hotelaria e, principalmente, restauração, e as actividades ligadas ao domínio da exploração da mata e da floresta, em especial a apanha da pinha e o corte de lenha.

Durante bastante tempo, Sesimbra foi para muitos habitantes de Lisboa e outros concelhos próximos, terra de investimento numa segunda habitação, facto a que não é alheia a sua proximidade às praias.

Estas segundas casas tinham de ser cuidadas e mantidas no decorrer da semana e eram os locais que proporcionavam os serviços de limpeza da casa, pequenas obras de conservação e jardinagem. Com o crescimento do concelho, devido ao aumentando ou mesmo à transferência de novas populações para o concelho, aumentou também o número de residências principais. Os novos proprietários mantiveram a necessidade de angariar os mesmos apoios domésticos. Em algumas situações, trabalhava no tratamento e manutenção destas casas, mais do que uma pessoa, muitas vezes, o casal. A mulher responsabilizava-se pelo tratamento da casa e o homem ocupava-se das obras de manutenção e jardinagem.

### **2.3. Outro tipo de actividades**

Até muito recentemente, mais concretamente até à altura da introdução do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida<sup>9</sup> (POPNA), a pesca à linha e a pesca ao mergulho, eram actividades de grande relevância para um grande segmento da população de Sesimbra, muito em especial para o segmento mais pobre, pelo que, a proibição destas actividades cinegéticas teve um impacto negativo no rendimento e no poder de compra de algumas famílias que buscavam sustento por meio destas actividades.

Não obstante, há que considerar a importância da implementação do POPNA na reabilitação da flora e fauna marítimas desta orla costeira, facto que permitiu, a médio prazo, um aumento dos recursos marítimos na região. De qualquer modo, a pesca em embarcações e com actividade regulamentada, emprega ainda indivíduos em situação informal, nomeadamente indivíduos que estão reformados (uns) ou em situação de desemprego (outros), que exercem assim, um trabalho não declarado, do qual beneficia o próprio e também o dono da própria embarcação de pesca.

Nota-se ainda que, durante o período do Verão, e pontualmente noutras épocas, aumenta consideravelmente o número de turistas e de visitantes no Concelho de Sesimbra, principalmente nas zonas de praia (Sesimbra, Meco e Lagoa de Albufeira). Nestas alturas aumenta também o arrendamento de imóveis à semana ou à quinzena, que são uma fonte de lucro para muitas famílias que, nestas alturas, trocam a sua residência junto à praia por residência própria ou de familiares na zona do campo. O arrendamento a turistas, regra geral, não obedece a qualquer regulamentação, constituindo-se numa mais-valia financeira para as famílias que vêem aumentado o bolo do seu lucro por não declaram esses ganhos às finanças. Para além da actividade no domínio do arrendamento, nestas alturas do ano cresce também a

---

<sup>9</sup> A Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005 de 23 de Junho, aprova os objectivos e principais linhas de desenvolvimento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)

actividade ligada à restauração, e é comum que os proprietários de restaurantes aumentem o número de funcionários, recrutando pessoal muito especialmente durante os fins-de-semana, pagando-lhes pelo trabalho exercido naqueles dias, não declarando posteriormente o trabalho desses empregados.

De referir também é a importância económica da apanha da pinha, assim como outras actividades associadas ao domínio da exploração florestal e que são igualmente de natureza sazonal. São actividades de grande valor e que podem ser consideradas como boas alternativas para algumas famílias.

É comum, no final da estação do Verão, vermos famílias inteiras, munidas de varas altas dirigindo-se para as matas a fim de apanharem as pinhas para venderem depois a particulares ou aos vendedores de lenha. Este tipo de bens tem muita procura no Concelho de Sesimbra, atendendo ao elevado número de habitações unifamiliares que normalmente têm, entre outros sistemas de aquecimento, as lareiras.

Em Sesimbra o meio ambiente possibilita o desenvolvimento de actividades económicas específicas e relacionadas, portanto, com as ofertas desse ambiente, sendo que a mudança social registada no Concelho, por força quer do aumento populacional quer da necessidade de se reduzir e/ou racionalizar a exploração dos recursos naturais, veio gerar também mudanças na procura de novas potencialidades económicas, o que nos remete uma vez mais a Campbell e, em concreto às noções que nos traz de *ecologia cultural* e de *ecologia humana* (Campbell, 1983: 20).

O recurso à prática de actividades no domínio do sector informal pelos pobres revela-se assim, e como nos diz Frias,

*uma fórmula demonstrativa da capacidade dos pobres para reagirem e para aproveitarem as oportunidades mais insólitas* (Frias, 2006: 77).

Em jeito de síntese vejamos, na tabela abaixo, actividades que se desenvolvem no domínio do sector informal no Concelho de Sesimbra.

**Tabela 1: Actividades no âmbito do Sector Informal Características do Concelho de Sesimbra**

<b>Actividades no âmbito do Sector Informal</b>
Limpezas Domésticas
Construção Civil
Pesca
Restauração
Apanha de pinha
Corte de Lenha
Arrendamento

## **PARTE II**

### **EM LUTA COM A POBREZA**

## **Capítulo 1: Dados sobre a População em Estudo**

A população deste estudo compreende os arrendatários do Parque de Arrendamento Habitacional Municipal (PAHM) do Concelho de Sesimbra.

Considerando o diagnóstico sobre os residentes no parque de arrendamento municipal do Concelho de Sesimbra em 2007<sup>10</sup>, a população residente no PAHM é uma população maioritariamente adulta, com idades entre os 25 e os 64 anos. Seguido deste grupo etário, as crianças e jovens (dos 0 aos 24 anos) representam 37% do universo, sendo que o grupo etário com menor representatividade é o da população idosa (mais de 64 anos), que constitui apenas 14% do total.

A distribuição etária entre homens e mulheres é muito semelhante.

A maioria da população residente no PAHM possui o 1º Ciclo de escolaridade (40%) Os indivíduos sem qualquer grau de escolaridade representam 19% do universo, englobando este grupo os indivíduos que não sabem ler nem escrever com idade inferior a 6 anos, os indivíduos que sabem ler e escrever sem grau de ensino e analfabetos. Apenas 1% da população possuem o Ensino Superior.

Do total dos indivíduos residentes no PAHM, a maioria é natural de Sesimbra e possui nacionalidade portuguesa.

As famílias residentes no PAHM são principalmente de estrutura tipo nuclear (46%), isto é, compostas pelo casal, com ou sem filhos biológicos ou adoptados. De seguida, aparecem as famílias alargadas, representando 18% do total. O universo das famílias unipessoais é de cerca de 12%. As famílias de estrutura monoparental representam 15% da população, enquanto as famílias reconstruídas são 8%.

Grande parte dos agregados familiares (41%) possui rendimentos inferiores a 450€ mensais (note-se que na altura em que o estudo aqui em referência foi levado a cabo, o salário mínimo nacional era de 385.00€). Os agregados com oito a dez elementos possuem rendimentos inferiores a 450€ e apenas 8% possuem rendimentos superiores a 1500€.

Os baixos rendimentos dos agregados podem ser explicados pelo facto de 54% da população se encontrar em situação de inactividade. E, note-se que mesmo os potencialmente activos

---

<sup>10</sup> Para informação mais detalhada deste Diagnóstico consulte-se a Bibliografia

possuem, na sua maioria, profissão ligada ao sector da construção civil, da limpeza, do pescado e hotelaria e comércio e 7% encontra-se em situação de desemprego.

## **1. Caracterização de três núcleos habitacionais**

O PAHM do Concelho de Sesimbra é composto por nove núcleos residenciais: Bairro Municipal da Almoinha; Bairro Municipal do Zambujal; Núcleo do Vale do Brejo-Alfarim (Freguesia do Castelo); Bairro Infante D. Henrique; Rua Conselheiro Ramada Curto; Bloco da Mata; Rua da Cruz; Rua Dr. Manuel de Arriaga (Freguesia de Santiago) e Bairro Municipal da Boa Água (Freguesia da Quinta do Conde). Para além destes núcleos existem ainda habitações dispersas, num total de nove habitações, concentradas na Freguesia de Santiago.

Na nossa investigação, e porque definimos a nossa amostra de acordo com os pressupostos da técnica de amostragem de conveniência, fomos seleccionar as famílias a três núcleos residenciais: Bairro Municipal da Almoinha; Edifícios da Rua da Cruz e Bairro Municipal da Boa Água.

### **1.1. Bairro Municipal de Almoinha**

Este Bairro, situado na Freguesia do Castelo, integra 58 fogos de habitação social. Destes 58 fogos, em 2007, ano da realização do estudo de caracterização do PAHM a que temos vindo a fazer referência, um não estava habitado e dos habitados quatro inquilinos não responderam ao inquérito então aplicado. Assim sendo, os dos que adiante apresentamos reportam-se a um universo de 53 inquilinos. A população total do bairro é composta por 197 indivíduos.

A população do Bairro caracterizasse por uma população na sua maioria jovem adulta, sendo que a população idosa representa 6% do total dos habitantes. A maioria da população do Bairro possui o 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo que nas mulheres a escolaridade mais representada é o 2º Ciclo de Escolaridade enquanto nos homens é o 1º Ciclo. 2% dos indivíduos possui o ensino médio superior de escolaridade, taxa esta que contrasta com os 11% de população analfabeta.

Quanto ao estado civil, 55% da população é solteira; 15% afirma viver em união de facto e 20% da população é casada. Os viúvos representam 7% do total.



A família de estrutura tipo nuclear representa 50%. Aparecem de seguida as famílias monoparentais (21%); as alargadas (17%), as famílias unipessoais (9%) e, por fim, as famílias reconstruídas (3%). O número de elementos por agregado familiar varia entre os 0 e os 10 elementos, sendo as mais frequentes as famílias de 3 composta por 3 elementos.

91% da população tem nacionalidade portuguesa. Registou-se, ainda assim, a presença de habitantes de nacionalidade cabo-verdiana (2%), angolana (6%) e são-tomense (1%) dos 91% de população portuguesa, 15% é de etnia cigana.

A população do Bairro Municipal da Almoinha é composta por 197 indivíduos. Tendo em atenção uma análise por grupos funcionais, temos que 53% dos habitantes se encontram em situação de inactividade e 47% estão em situação activa. Dos inactivos, 34% é estudante, 6% exerce funções domésticas, 7% está reformada, 5% não possui idade para trabalhar ou estudar e 1% está incapacitado para o trabalho.

Em relação à população activa, a maioria exerce funções no sector da limpeza (16 indivíduos), construção civil (14) e venda ambulante, incluindo aqui os que trabalham por conta própria (caso dos ciganos) e por conta de outrem (num total de 17 indivíduos). Da população activa destacamos o facto de 48% estar empregada há dez anos.

Quanto ao nível de rendimentos, o estudo indica-nos que estes variam entre os 150€ e os 1500€. Das 56 famílias, 21% possui rendimentos até aos 300€; 42% entre os 300 e os 600€; 19% entre os 600 e os 900€; 4% entre os 900 e os 1500€ e 14% possui rendimentos superiores a 1500€. Quanto mais numerosa é a família menor é o nível de rendimento, sendo que as famílias com mais de 5 elementos possuem rendimentos inferiores a 450€.

A maioria da população do bairro (54%) possui apenas uma fonte de rendimento. No entanto, existem várias famílias que possuem 2 fontes de rendimento (11%): trabalho mais pensão de reforma (45%); trabalho mais RSI (5%); trabalho mais Segurança Social (45%). 1% das famílias activas possuem três fontes de rendimento, sendo que destes 50% tem rendimentos do trabalho mais RSI mais Segurança Social e outros 50% auferem de rendimentos provenientes do trabalho, da segurança social e de subsídio de desemprego.

Dos nossos entrevistados, dois são residentes neste Bairro (Sra. A e a Sra. D)

## **1.2. Edifícios da Rua da Cruz**

Os edifícios de habitação da Rua Da Cruz foram construídos em 2002, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento.

Os blocos de habitação da Rua da Cruz são compostos por quatro prédios de três andares. Estes prédios possuem capacidade para 24 agregados familiares. Destes 24 agregados, 17 são arrendatários municipais e os restantes 5 são proprietários dos fogos em que habitam (tendo adquirido os fogos com comparticipação do Estado) é sobre estes 17 agregados que recaiu o estudo levado a cabo pelos serviços da Autarquia.

A população residente nestes fogos é predominantemente adulta (53%). Os jovens representam 25%, as crianças 3% e a população idosa é de 1%

Deste universo populacional 72€ são naturais de Sesimbra e os restantes são naturais de Lisboa (9%); Almada (2%), Angola (3%) Uganda (3%), Índia (8%) e Grécia (3%) Quanto à nacionalidade, 92% possui a nacionalidade portuguesa.

Ao nível da escolaridade, predomina o 1º ciclo.

Aferiu-se que 55% dos indivíduos são solteiros; 22% casados; 6% divorciados e 17% são viúvos. Entre a população solteira 11% vive em união de facto.

Quanto ao tipo de famílias, a tipologia com maior representatividade é a família unipessoal (35%). O número de elementos por agregado varia entre um e quatro, sendo as famílias com um elemento a mais expressiva.

Em termos funcionais, 58% da população encontra-se em situação activa e exercem actividades relacionadas com o sector das pescas (14%); comércio e hotelaria (11%); limpeza (11%); construção civil (3%). 8% encontra-se em situação de desemprego.

Os trabalhadores por conta de outrem representam 94% da população activa.

Quanto à população inactiva, constitui 42% do universo populacional, sendo que 17% são estudantes, 11% domésticos e 14% reformados e/ou pensionistas.

O rendimento familiar dos agregados varia entre os 150 e os 900€ mensais. As famílias com mais. Refira-se que dos 17 agregados familiares 65% possui uma única fonte de rendimento (41% do trabalho e 24% da reforma). Os restantes 35% possuem duas fontes de rendimento:

23% para além do salário recebem um subsídio da segurança social; 6% recebem rendimento do trabalho e subsídio de desemprego e 6% recebem rendimento de trabalho e pensão de reforma.

Quanto ao valor de renda que pagam, 65% dos agregados da Rua da Cruz pagam valores médios de renda; 18% valores mínimos e 12% paga a renda técnica.

O nosso entrevistado, Sr. B, reside neste Bairro.

### **1.3. Bairro Municipal de Boa Água**

Este Bairro está situado na freguesia mais urbanizada do Concelho de Sesimbra: a freguesia da Quinta do Conde, sendo também o único bairro de habitação a custos controlados existente na Quinta do Conde.

O Bairro congrega 46 famílias, destas apenas 44 fazem parte do estudo a que fazemos referência. O número total de indivíduos é 164.

A população do Bairro Municipal da Boa Água é uma população predominantemente adulta (41%). Os idosos registam apenas uma taxa de 4% do universo. As crianças constituem 32% e os jovens representam 23% dos inquiridos.

A maioria da população possui o 1º Ciclo de Escolaridade, 4% é analfabeta e 2% possui o Ensino Superior.

As famílias de tipo nuclear representam 36% dos agregados residentes no Bairro, seguida da família monoparental que constitui 23%. As famílias alargadas são 16% do total, as reconstruídas 14% e as unipessoais 11%. O número de elementos por agregado varia entre 1 e 7 elementos, sendo as famílias com 4 e 5 elementos as mais frequentes. As famílias reconstruídas são as que possuem maior número de elementos por agregado, num total de 7.

85% da população do bairro possui a nacionalidade portuguesa e os restantes a nacionalidade cabo-verdiana (7%), angolana (4%), guineense (4%) e espanhola (1%) Quanto à naturalidade temos que 79% da população é natural de regiões de Portugal, enquanto 18% é natural dos PALOP, 1% é natural de Espanha e 2% tem naturalidade desconhecida.

A maioria da população (60%) encontra-se em situação inactiva, sendo que destes 43% é estudante, 7% não possui idade para estudar ou trabalhar e 4% está reformada. Os restantes

40% estão em situação activa: 15% exerce actividades ligadas ao sector da construção civil; 7% à hotelaria e comércio; 6% está ligada às actividades administrativas e similares; 1% é militar; 1% à costura e 6% está desempregada. 42% da população activa possui o 1º Ciclo de Escolaridade, mas, no entanto, 5% é analfabeta.

O rendimento médio mensal dos agregados é, em 32% dos casos, variável entre os 450€ e os 600€, 18% entre os 300€ e os 450€, 11% entre os 600 e os 750€. 1% afirma não auferir de qualquer tipo de rendimento e 7% não sabe responder a esta questão. Às famílias com 1 ou 2 elementos são as que possuem menor rendimento médio mensal, situando-se, neste caso, entre os 150 e os 300€/mês. As famílias com 6 e 7 elementos auferem entre os 600 e os 1500€/mês.

A maioria das famílias possui uma única fonte de rendimento, proveniente do trabalho (56%). No entanto, existem 28% de agregados que para além do trabalho possuem outra fonte de rendimento: resultante do Rendimento Social de Inserção (7%), da segurança social (12%) da reforma (9%)

O nosso entrevistado Sr. C, reside neste Bairro.

## 2. Ponto de situação

Este universo é composto por indivíduos e famílias que residem em bairros de habitação social municipal e que consideramos pobres por duas ordens de razão: a primeira pela condição habitacional específica em que se encontram, já que o acesso a este tipo de habitação é circunscrito a uma realidade pautada pelo baixo rendimento *per capita* destas famílias, e a segunda razão, pelos *modos de vida* (CAPUCHA, 2005) por que se orientam.

### 2.1. Viver em habitação social<sup>11</sup>

No que respeita à primeira razão que aqui defendemos, permitimo-nos alongar na justificação da mesma, atendendo à especificidade do assunto.

De acordo com a legislação que enquadra os objectivos para a “*resolução global das situações de grave carência*” (Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de Março):

*“Têm acesso à atribuição de habitação no âmbito do PROHABITA os agregados familiares que cumpram cumulativamente as seguintes condições:*

- a) Serem considerados agregados carenciados nos termos do decreto-lei nº 135/2004, de 3 de Junho, na redacção pelo Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de Março;*
- b) Nenhum dos seus membros detém, a qualquer título, outra habitação na área metropolitana do concelho do respectivo alojamento ou em concelho limítrofe deste nem ter inscrito para efeitos fiscais, de segurança social ou de outros outra residência permanente no território nacional;*
- c) Nenhum dos seus membros estar a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais”*

---

<sup>11</sup> Para uma mais completa leitura do Decreto-Lei 54/2007,, de 12 de Março sugere-se a consulta de [http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Servicos/Digesto/?dt=DEC%20LEI&dn=54\\*2007&dd=2007.03.12&de=MAOTDR&title=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20aplic%C3%A1vel&desc=Decreto-Lei%20n.%C2%BA%2054/2007,%20de%2012%20de%20Mar%C3%A7o](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Servicos/Digesto/?dt=DEC%20LEI&dn=54*2007&dd=2007.03.12&de=MAOTDR&title=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20aplic%C3%A1vel&desc=Decreto-Lei%20n.%C2%BA%2054/2007,%20de%2012%20de%20Mar%C3%A7o)

Em relação ao Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio sugere-se a consulta de [http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Servicos/Digesto/?dt=DEC%20LEI&dn=166\\*93%20&dd=1993.05.07&de=MOPTC&title=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20aplic%C3%A1vel&desc=Decreto-Lei%20n.%C2%BA%20166/93,%20de%207%20de%20Maio](http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Servicos/Digesto/?dt=DEC%20LEI&dn=166*93%20&dd=1993.05.07&de=MOPTC&title=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20aplic%C3%A1vel&desc=Decreto-Lei%20n.%C2%BA%20166/93,%20de%207%20de%20Maio)

Considerando a alínea a) da definição das condições de acesso ao PROHABITA e na leitura dada pelo Decreto-Lei nº 54/2007 de 12 de Março, considera-se

*“Agregado familiar carenciado aquele cujo rendimento anual bruto corrigido (RABC) seja inferior a três remunerações mínimas nacionais anuais (RMNA)”, alínea d) do nº 1 do Artigo 3º do D.L nº 54/2007, de 12 de Março.*

Pela leitura da alínea a) do nº 1 do Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho,

*“têm acesso à atribuição de uma habitação ao abrigo do PROHABITA os agregados familiares que cumpram cumulativamente as seguintes condições: a) o rendimento mensal do agregado familiar deve ser de valor que, em regime de renda apoiada, determine a aplicação de uma prestação inicial inferior ao preço técnico”.*

O Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio vem estabelecer o regime da renda apoiada. Ora, de acordo com o nº 1 do Artigo 2º deste Decreto-Lei

*“O regime de renda apoiada baseia-se na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço... Da taxa de esforço resulta o valor da renda apoiada (nº 2) ....”, sendo que o preço técnico “é calculado nos mesmos termos em que o é a renda condicionada (preços de construção da habitação por metro quadrado para efeitos de cálculo de renda condicionada, que varia anualmente de acordo com a taxa de inflação)... “ (nº 1 do Artigo 4º). A taxa de esforço resulta da “ aplicação da seguinte fórmula:*

$$T = \frac{0,08 RC}{SMN}$$

Em que:

*Rc = rendimento mensal corrigido do agregado familiar;*

*SMN = Salário Mínimo Nacional”*

Da aplicação desta fórmula resulta que a renda apoiada *“não pode exceder o valor do preço técnico nem ser inferior a 1% do salário mínimo nacional”* (nº 3 do Artigo 5º)

Diz ainda este Decreto-Lei, nos números 1 e 2 do Artigo 6º o seguinte:

*“Para a determinação do valor da renda, os arrendatários devem declarar os respectivos rendimentos à entidade locadora anual, bienal ou trienalmente, conforme opção desta” (...)*“Nos casos em que os rendimentos do agregado familiar tenham carácter incerto, temporário ou variável e não seja apresentada prova bastante que justifique essa natureza, a entidade locadora presumirá que o agregado familiar auferir um rendimento superior ao declarado sempre que um dos seus membros exercer actividade que notoriamente produza rendimentos superiores aos declarados ou seja possuidor de bens não compatíveis com aquela declaração”**

Diz ainda o nº 4 que:

*“No acto da presunção deve a entidade locadora estabelecer o montante do rendimento mensal bruto do agregado familiar que considera relevante para a fixação da renda...”*,

sendo que no caso da Câmara Municipal de Sesimbra, e da maioria das Câmaras Municipais, é presumido o rendimento com base no valor da Retribuição Mínima Nacional Anual (RMNA), que poderá ser contrariado pelo interessado mediante apresentação de prova em contrário (nº 3 do Artigo 6º)

Ora, os nossos entrevistados enquadram-se nas condições previstas pela legislação em vigor.

## 2.2. Sobre os “Modos de Vida”

No que respeita à segunda razão, os *modos de vida*, as famílias e indivíduos que aqui abordamos encontram-se - simultaneamente ao factor acima apontado, ou seja, o económico, mas ao qual se associa directamente também um factor de ordem espacial - envolvidas num conjunto de variáveis que se reconhecem aos grupos sociais pobres ou mais vulneráveis às situações de pobreza e de exclusão social e que, como refere Capucha estão associadas:

*(...) aos estilos de vida; às representações, interesses, ambições, valores e modos de agir e de pensar* (2005: 214).

A noção de *modos de vida* concilia dois paradigmas sociológicos: o paradigma socioeconómico e o paradigma culturalista, tendo em atenção os *deficits* de um e de outro paradigma.

A perspectiva socioeconómica da análise da pobreza, sendo eficaz na análise macroeconómica, revela-se relativamente ineficaz na análise da multidimensionalidade da pobreza. Desenvolve-se através de uma metodologia de apreciação quantitativa com o objectivo da medição do rendimento, consumo, etc. Através de criação de indicadores estatísticos.

De acordo com esta perspectiva a produção e reprodução da pobreza têm génese nos sistemas sociais e nas suas transformações.

O paradigma culturalista, por seu turno, propõe a reconstituição do quadro multidimensional dos contextos de vida. Apresenta, porém, dificuldade em dar conta das dinâmicas sociais que produzem a pobreza e enquadram os modos como é vivida.

Aliás, uma das críticas que é feita a esta perspectiva, vai inclusive ao encontro das críticas feitas à proposta de Lewis (e às quais já nos referimos anteriormente), pois que, tal como propunha aquele antropólogo, também esta perspectiva centra nos indivíduos, a responsabilidade da produção e reprodução da pobreza.

Como refere Capucha, a compatibilização destas duas perspectivas emerge de um movimento sociológico tendente a ultrapassar dualismos entre sociedade e indivíduo; estrutura e acção; instituição e prática quotidiana. A confluência é, assim, levada a cabo através da noção de “*Modos de Vida*”:

*(...) “interacção entre um conjunto de recursos e constrangimentos estruturalmente desenhados, por um lado, e o sistema de actividades reguladas e os modelos de vida adoptados pelos agentes por outro lado”* (2005: 97)



Diz ainda o autor:

*“Por isso, em termos metodológicos, uma vez identificados os parâmetros estruturantes que enquadram as condições materiais de vida das categorias mais vulneráveis à pobreza, importa saber como as famílias pertencentes a essas categorias organizam estrategicamente os seus modos de vida, isto é, como aproveitam as margens de manobra disponíveis, segundo que critérios afectam os seus recursos – materiais, temporais, cognitivos ou relacionais – e como interferem, pela sua actividade – culturalmente orientada – nas respectivas condições de vida, quer dizer, como podem mobilizar energias estruturantes” (2005: 97)*

E com este enquadramento e pelo reconhecimento que a Antropologia tem no desenvolvimento de estudos em contextos particulares, ou de *localidade*, que avançámos na nossa pesquisa. Apoiamo-nos em Capucha, pois que, de entre as diferentes linhas de pesquisa no domínio da pobreza e da exclusão social, o autor propõe, no campo das ciências sociais, uma linha de pesquisa claramente abrangente:

*(...) “as categorias e factores de pobreza e exclusão social carecem de pesquisa ao nível microsociológico, mas também é indispensável descer ao nível microscópico dos contextos de vida quotidiana das pessoas e das famílias...” (2005: 336)*

Estamos, assim, perante um quadro de fronteira metodológica e conceptual - entre a sociologia e a antropologia - o que é comum, pois que há fenómenos que não dispensam, uma abertura disciplinar muito particular, facto que o que os torna necessariamente mais dialogantes, devendo por isso, ser considerados numa situação de *confin*.

Mais adiante e com base na análise dos resultados da nossa pesquisa, tentaremos aproximar a exploração do enquadramento dos nossos entrevistados, no âmbito da teoria dos *modos de vida*, tendo por base as seguintes variáveis: espaço residencial; organização familiar; profissão e condição perante o trabalho; especificação da proveniência de rendimentos; gestão das despesas mensais; estratégias face aos consumos e face às poupanças e perspectivas de futuro.

## **Capítulo 2: Habilidades para a Sobrevivência: a Perspectiva das Famílias sobre o Exercício de Actividades Informais.**

### **Nota:**

Tendo por base um guião de entrevista <sup>12</sup>, aplicámos aos nossos informantes as respectivas entrevistas. Procurámos criar um ambiente que permitisse ao entrevistado espontaneidade, sendo a nossa intervenção apenas no sentido da orientação face aos objectivos a que nos propusemos.

Organizámos o guião com vista a poder recolher uma informação relativamente alargada, caracterização do entrevistado ao nível da idade, naturalidade, estado civil, profissão e condição perante o trabalho, constituição do agregado familiar; especificação da proveniência de rendimentos; despesas mensais; estratégias face aos consumos e face às poupanças e perspectivas de futuro.

Nesta parte do nosso trabalho, daremos a conhecer as perspectivas dos entrevistados relativamente aos temas propostos<sup>13</sup>, contrastando, sempre que necessário, a informação recolhida através das entrevistas com os dados constantes noutras fontes, nomeadamente nos respectivos processos de inquilinos.

Aqui apresentaremos sempre que considerarmos oportuno, alguns excertos das entrevistas, a fim de melhor ilustrar, com base no material etnográfico, a realidade em que se constitui a vida, ou melhor, os quotidianos destas pessoas, muito em especial no que concerne ao poder económico que detêm.

Por fim, e com o objectivo de uma leitura de síntese desta parte do nosso trabalho, apresentaremos um quadro com as principais dificuldades e principais desejos e ambições dos nossos entrevistados.

---

<sup>12</sup> Vide Guião de Entrevista em Anexo

<sup>13</sup> Em anexo, vide texto integral da transcrição das entrevistas.

### 1. ***“Para as minhas despesas, o meu ordenado não chega”<sup>14</sup>***

A Sra. A. vive no Bairro Municipal de Almoinha, há cerca de 11 anos. Reside num T3 com 4 filhos, 3 do primeiro casamento e uma filha da actual relação.

Dos 4 filhos, o mais velho, tem 24 anos e o 9º ano de escolaridade está desempregado e, à data da entrevista, vivia em casa da mãe, com a namorada, também ela desempregada, tendo esta, o 9º ano incompleto. O segundo filho, com 22 anos de idade, está no Exército, não tem ainda contrato de trabalho e possui o 12º ano de escolaridade; O filho, de 20 anos, está a frequentar um curso de formação profissional na área do Turismo, curso este que lhe dará posteriormente, equivalência ao 12 ano de escolaridade.

A filha mais nova tem 10 anos de idade e está a completar o 1º ciclo do ensino básico. À data da entrevista vivia também em casa da Sra. A. um sobrinho.

O companheiro da Sra. A. é pescador, tem também dois filhos de uma anterior relação da qual ficou viúvo, sendo que estes já viveram também em casa de A.

A Sra. A. tem o 6º ano escolaridade, completado já em adulta, com 39 anos de idade, no âmbito de um curso de formação relacionado com o pescado. Até então, possuía o 5º ano incompleto, porque por volta dos 12 anos de idade, começou a trabalhar, primeiro aos fins-de-semana, tomando conta de um bebé e, mais tarde, já por volta dos 14 anos, tendo optado por deixar de estudar, começou a trabalhar diariamente.

Por volta dos 14/15 anos de idade foi viver para Lisboa, com o namorado da altura que veio a ser o pai dos seus 3 filhos mais velhos. Em Lisboa viveu numa casa pré-fabricada e chegou a trabalhar numa empresa. Porém, já com os filhos e maltratada pelo marido desiste de uma possibilidade de continuar nessa empresa com contrato de trabalho efectivo, e volta, sem nada, para Sesimbra, para casa dos pais, que na altura viviam também numa casa tipo abarracada. Mais tarde, e no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), é atribuído à Sra. A. (bem como o foi aos pais e irmãos que, então, viviam juntos) e ao companheiro actual, um fogo de tipologia T2 no Bairro Municipal, bairro onde ainda hoje reside. Na altura, por volta de 1997, os 3 filhos de A. encontravam-se institucionalizados num colégio do Instituto de Reinserção Social, em Estremoz, o que aconteceu na sequência de um acidente grave de viação que A. sofreu e que a obrigou a várias operações. Vendo-se limitada para cuidar dos filhos e sem apoio familiar, acabou por aceitar a proposta que lhe foi apresentada por uma das suas irmãs, a de internar os filhos num Colégio. Estes estiveram no Colégio até aos 18 anos de cada um.

---

<sup>14</sup> Citação de Sra. A. em entrevista realizada no dia 4 de Março de 2010.

Quando regressaram a casa, e passado pouco tempo, a Câmara Municipal procedeu a uma adequação de tipologia da habitação, atribuindo-lhe o T3 onde agora reside.

Actualmente, A. vive uma situação conjugal difícil, quer separar-se do marido,

*mas ele não sai lá de casa porque não tem para onde ir e lá há mama: tem comida; a minha nora põe a roupa a lavar, trata-lhe da roupa. Tem tudo. Quer dinheiro para o tabaco, vai à da mãe. Tem 55 anos. Está a tratar da reforma. Disse-nos que este ano não iria fazer o IRS em conjunto com o companheiro: ...há uma, ele não me dá nada e eu como também não quero mais nada com ele não vou fazer o IRS com ele.*

Como já referimos, o primeiro trabalho de A. foi a tomar conta de um bebé aos fins-de-semana, quando tinha 12 anos de idade, passando este trabalho a ser semanal. Quando por volta dos 15 anos de idade foi para Lisboa, teve aí como primeiro trabalho vender malas numa papelaria em Algés. Com 18 anos de idade e já com um filho, foi trabalhar para uma empresa onde esteve quatro anos.

Levou para essa empresa o marido. Quando teve a oportunidade de ficar como efectiva na empresa, não aceitou, uma vez que o marido, que era toxicodependente,

*...fazia sempre zaragatas, ciúmes e depois quando foi para me porem efectiva chamaram-me e perguntaram-me se eu queria e eu disse que não, já não aguentava mais.*

Regressada a Sesimbra, foi trabalhar para um empreendimento turístico na Vila de Sesimbra, na área das limpezas. Saiu deste empreendimento e abriu a sua própria empresa de limpezas, juntamente com uma amiga. Entretanto teve a filha mais nova e durante a licença de maternidade a Sra. A. teve de ir trabalhar porque a colega não se orientava sozinha.

*Era uma empresa legal, tinha cartões e tudo,*

mas porque a colega não soube orientar o negócio e perderam clientes, a Sra. A. teve de fechar a empresa, ficando, entretanto, a trabalhar para algumas patroas que ficaram da altura da empresa.

Antes desta situação, em 1991, A. começou a trabalhar no Parque de Campismo Municipal do Forte do Cavalo, em Sesimbra, onde se mantém até hoje. Inicialmente, os contratos de trabalho eram de carácter sazonal: 3 meses, 6 meses e 8 meses. Só em 2010 assina um contrato de trabalho anual. O ordenado de A. é presentemente de 475€, correspondente ao Salário Mínimo Nacional, sendo que é nas horas extraordinárias (trabalho ao fim-de-semana e

feriados) que consegue fazer aumentar a sua remuneração. Porém, e por causa de uma dívida que o marido contraiu junto de uma instituição bancária (pedido de empréstimo pessoal) e que nunca chegou a liquidar, A., que também era titular deste empréstimo (que ela julgava já estar resolvido) está agora perante a obrigação de o pagar, sendo-lhe retirado mensalmente do ordenado o valor que excede os 475€.

O companheiro trabalha actualmente na Pesca, mas, de acordo com a A.

*... Ele quando não quer não vai,*

como forma de afirmar que o marido nem sempre vai ao mar, o que significa que quando não vai não ganha.

De acordo com a consulta que fizemos ao processo de família da Sra. A., constante no Sector de Promoção de Habitação da Câmara Municipal de Sesimbra (SPH/CMS), para o cálculo da renda de 2009, A. apresenta um rendimento bruto anual relativo ao ano de 2008 de 3.920,18€, sendo que o seu companheiro apresentava no mesmo ano um rendimento de 993,88, e que para o ano de 2009 foi calculado a esta família um rendimento médio mensal de 369,68€, ficando sujeita ao pagamento de uma renda mínima pelo uso da habitação no valor de 5€, quando o preço técnico do fogo é de 275,35€.

Para além da actividade de Auxiliar de Serviços Gerais que exerce na Câmara Municipal de Sesimbra, A. mantém o trabalho nas “patroas” para quem começou a trabalhar quando abriu a empresa de limpezas. Trabalha nos dias de folga, nas férias e muitas vezes ao final do dia e à noite. Este é um trabalho não declarado mas que lhe permite auferir mais ou menos o mesmo ordenado que ganha na Câmara Municipal. Para além do dinheiro que aqui auferir, que se cifra nos 5€/hora, a Sra. A. beneficia ainda de muitas coisas que as “patroas” lhe dão, desde comida, a roupa e a móveis.

Como anteriormente referimos, em casa de A. apenas ela e o marido trabalham, sendo que, de acordo com o que a entrevistada nos diz, o marido nem sempre tem ou quer trabalhar. O filho mais velho e a nora estão inscritos no Centro de Emprego, sendo que até à data não foram chamados para qualquer trabalho. A. disse-nos que eles, o filho e a nora, estão a pensar ir viver para Lisboa para casa de uma tia da nora, já que esta tia *disse que arranjava (trabalho) lá para ele e para ela*. Enquanto estão a viver com A., a nora vai-lhe *fazendo as coisas em casa*. O filho que em tempos ainda trabalhou aos fins-de-semana num restaurante, agora nem essa possibilidade tem. Diz que ele gostaria também de ir para tropa, como o irmão, mas não pode devido a um problema de saúde crónico.

Apesar de na entrevista nos ter afirmado receber apenas o abono de família por cada um dos

filhos que se encontra a estudar, no valor de cerca de 32€ cada, pelo conhecimento que temos da família e acompanhamento social que é levado a cabo em parceria com outras instituições, por um lado e, por outro lado, por termos comprovado através do processo de inquilino, A. recebe uma prestação mensal de Rendimento Social de Inserção (RSI) no valor de 170€ desde 25 de Junho de 2006.

A. afirma ter um valor global de despesas mensais que rondam os 450€, sendo essas despesas da seguinte ordem: serviço de telefone e televisão; gás, luz, água, renda de casa, telemóvel; deslocações para o trabalho e despesas de alimentação e outros consumíveis domésticos.

A. diz que muito raramente compra roupa, aproveitando tudo o que lhe dão, sendo que por vezes ainda compra alguma roupa para a filha. Para além destas despesas, refere ainda que tem gastos com tabaco, porque é fumadora, e no café.

Relativamente à forma como gere as despesas mensais, A. diz-nos:

*das horas, recebo e é logo para comprar comida e o dinheiro da Câmara é para eu pagar as despesas de água, luz, ...Eu pago estas despesas só quando recebo, não pago nas datas. O dinheiro das patroas é pouco para a comida. Todos os dias levo comida. Quando recebo da Câmara, às vezes faço um aviozito, mas é mais à base de arroz e isso, agora a carne e isso é diário.*

Estas despesas são suportadas essencialmente por A., já que o marido só paga alguma despesa se ela o conseguir impor. Referiu que pouco tempo antes desta entrevista o marido pagou a luz, porque ela o avisou

*a luz está com aviso de corte. Tens de pagar a luz.*

Dada a situação de conflito que vive com o marido, A. propôs-lhe que ele lhe desse todos os meses 170€ para cobrir despesas de água, luz e gás, mas ele só muito raramente paga alguma despesa.

A. diz que não faz qualquer poupança:

*...quem me dera que ele (o dinheiro) chegasse até ao fim do mês, mas considera que poderia poupar alguma coisa se deixasse de fumar, como lhe diz um dos filhos: ...ele está sempre a ralhar comigo por eu fumar, porque é dinheiro mal gasto.*

A. afirma que tem necessidade de ter um trabalho extra *porque*, como diz, (para) *as minhas*

*despesas, o meu ordenado não chega.* Considera que trabalha muito, aproveitando horas ao final do dia, dias de folga e férias para trabalhar para as “patroas” e ganhar mais algum dinheiro. Mas entende também que os filhos

*vêm o esforço que (eu) faço, por acaso, e dão-me valor, pelo menos pelo que vejo.*

A necessidade é acrescida pelo facto de o companheiro contribuir pouco para as despesas da casa e reclama o facto de o marido só ir trabalhar quando lhe apetece e, a este propósito diz: *...Ainda no outro dia eu disse-lhe: olha, se eu fosse como tu, não queria ir trabalhar não ia. E depois? Quem é que me dava? Ele quando não quer não vai, mas cai-lhe sempre. Agora eu não. Eu mesmo que não queira tenho que ir trabalhar, porque a mim ninguém de dá nada.*

A. manifesta boas expectativas em relação ao futuro:

*...pelo menos tenho trabalho, estou muito contente.* Diz que gostava de poder ficar sozinha com os filhos, *sem ter ninguém que me chateie quando chego a casa.*

Considera que os filhos *têm capacidades de seguir a vida deles.* Preocupa-se mais com um dos filhos, o mais novo dos rapazes, que já tem coimas a pagar em Tribunal, na sequência de desacatos provocados na rua. O filho do meio é o que considera estar melhor e com possibilidades de continuar uma carreira no Exército. Diz que *este é o que deve sair primeiro de casa.* O filho mais velho, que está desempregado, poderá, na sua opinião, conseguir trabalhar em breve, tal como a namorada, estando prevista a possibilidade de trabalho no Centro Comercial Colombo em Lisboa. Em relação à filha mais nova está agora preocupada pelo facto de ela estar a sofrer consequências do ambiente gerado em casa pela situação conflituosa entre A. e o marido.

Preocupa-a neste momento um problema de saúde pelo qual está a passar, mas para o qual já está a ser devidamente acompanhada.

## 2. “NÃO FAÇO TRABALHOS POR FORA. TRABALHO PARA CASA”<sup>15</sup>

O Sr. B. reside numa habitação municipal de tipologia T2 na Rua da Cruz, na Freguesia de Santiago em Sesimbra. Fazem parte do agregado familiar de B., que conta com 65 anos de idade, a esposa, de 55 anos de idade, a filha com 25 anos e a neta (filha da filha) com 3 anos. O Sr. B. é natural de uma outra localidade do Concelho de Sesimbra (a Serra da Azóia) mas já vive na Vila de Sesimbra há 22 anos.

Em adulto, B. completou o 6º ano de escolaridade.

B. é reformado da Câmara Municipal de Sesimbra, onde trabalhou 29 anos como cantoneiro de limpeza. A esposa é doméstica e a filha está desempregada, estando a receber subsídio de desemprego.

Quando ficou reformado começou a trabalhar de modo informal na pesca, que até aí exercia apenas de forma artesanal e, como afirma *era só para comer*. Mas devido ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA) foi proibida a pesca à cana que até então praticava. Entretanto, e já reformado, começou a trabalhar numa embarcação, mas devido a problemas de saúde do dono da embarcação teve de mudar para outra, saindo para o mar duas a três vezes por semana. Mas refere que não é uma vida fácil. Sair ou não para o mar

*depende das marés se consegue ou não lançar as redes. Sai para o mar a partir das sete e tal oito horas da noite, até de madrugada. É a noite toda. Vou para zona da Alagoa (Lagoa de Albufeira). Aqui (em Sesimbra) está condenado, não deixam pescar a gente.*

De reforma B. afirma receber, em 2010, 980€. Refere que na pesca a remuneração não é certa, dependendo muito da altura do ano e do estado do tempo, mas podendo vir a auferir 150€ por semana. Para além da remuneração beneficia do facto de, quando há, poder levar peixe para casa. Consultado o processo de inquilino, do rendimento médio mensal do agregado de B. constavam os 980€ de pensão de reforma e 353,25€ de salários, tendo-lhe sido aplicada a renda técnica em 2010, no valor de 153€.

O Sr. B. fez questão de mostrar descontentamento pelo facto de ter aceitado um trabalho para os Serviços Sociais da CMS no Verão de 2008 como arrumador de carros num parque de estacionamento. Pensava que este trabalho não seria declarado, mas, como diz,

---

<sup>15</sup> Citação do Sr. B. em entrevista realizada no dia 29 de Abril de 2010.



*fui enganado, porque este valor foi declarado pelos Serviços Sociais e isso fez aumentar a renda. Fiz o sacrifício e afinal...custou-me um bocadinho estar ali a apanhar o sol e o calor.*

No agregado de B. apenas a filha está a beneficiar de Subsídio Social de Desemprego, no valor de 11,44€/dia (334,20€/mês)

O Sr. B. afirma ter um nível de despesas mensais na ordem dos 850€, contabilizando-se estes valores nos seguintes tipos de despesas: renda de habitação, água, luz, gás, televisão, telemóvel, alimentação e outros consumíveis domésticos e despesas com a motorizada, que é o seu meio de transporte. Quando a filha não consegue pagara a escola da neta, é o José que paga.

Porque o dinheiro é insuficiente para cobrir as despesas, B. diz:

*Não passeio nem vou a lado nenhum. Não tenho outras despesas. Ele (o dinheiro) não dá,*

pois para além daquelas despesas, B. fez questão de dizer que tem também muitas despesas de saúde, pois de três em três meses é seguido por um médico cardiologista particular, valendo-lhe o facto de estas consultas poderem ser comparticipadas através do subsistema de saúde ADSE.

Questionado sobre se face aos rendimentos disponíveis e às despesas que tem consegue fazer poupanças, B. foi afirmativo ao responder:

*... o dinheiro não chega*

O Sr. B. afirma que a pesca já não compensa:

*A pesca, eu vou explicar à senhora, é muito dura: Janeiro, Fevereiro, Março e Abril ganhei quatro contos e quinhentos, porque não dá, não há peixe. A gente (na pesca) não tem tabela, pode dar e pode não dar, pode-se ganhar como pode-se não ganhar. Trago peixe para casa, mas há vezes que não trago nada e tenho de ir à praça comprar. Prevê sair do barco em que está a trabalhar porque o dono da embarcação está a doente e diz que quando sair deste barco acabou tudo, não há nada para ninguém.*

A propósito deste discurso que B. faz sobre a viabilidade da pesca, anotamos que quando chegámos a casa do Sr. B. e o abordámos sobre a actividade informal a mulher e a filha fizeram a seguinte observação *lá vai ele dizer que não dá, que 'tá farto...oh oh, vai ter muito*

*que o ouvir...A esposa disse ainda Vou já para dentro para não o ouvir.*

O Sr. B. remata o seu discurso dizendo:

*Um segundo trabalho já não compensa, já não dá. Agora mais vale estar parado e quando parar ir para dentro caixa e pronto.*

*As expectativas que tenho é daqui chegar para dentro da caixa.*

B. tem uma perspectiva em relação ao futuro bastante negativa, temendo também pelo bem-estar da filha e da neta, pois entende que as possibilidades de trabalho estão cada vez mais difíceis para os nacionais, preferindo-se contratar imigrantes:

*A minha filha não tem nada. Desde que entraram aqueles brasileiros e africanos isto piorou. Eles preferem dar uma miséria àqueles que vêm de fora do que aos de cá. Sesimbra está uma miséria.*

No entendimento que B. faz da prática de uma actividade remuneratória que lhe complementa a reforma, diz-nos:

*... não faço trabalhos por fora. Trabalho para casa.*

### 3. ***“A gente junta no Verão para termos no Inverno”***<sup>16</sup>

O Sr. C. reside num T2 no Bairro Municipal da Boa Água, na Freguesia da Quinta do Conde, com o pai (titular do contrato de arrendamento com a Câmara Municipal), a esposa, que tem 28 anos de idade e o filho, com 8 anos. C. tem 29 de idade.

O Sr. C. é natural do Concelho do Barreiro, estando a residir na Quinta do Conde há 10 anos. Conta-nos que frequentou a escolaridade até ao 6º ano num internato em Almada. Saiu de lá quando tinha 15 anos de idade, altura em que o pai, já separado da mãe, o retirou do colégio para ir trabalhar.

A mulher tem também o 6º ano de escolaridade e neste momento não está a trabalhar. O pai de C. está reformado e é uma pessoa doente.

C. refere o facto de viverem numa casa muito pequena, que tem apenas 2 quartos, em que num dorme o pai de C. e noutro o casal e o filho. Aguarda, assim, que a Câmara lhe proporcione um fogo de tipologia adequada.

Quando aos 15 anos de idade o Sr. C. começou a trabalhar, trabalhou em várias áreas da construção civil, principalmente na pintura. Desde então para cá, é na construção civil que tem vindo a manter a sua actividade, fazendo vários trabalhos, como ele refere

*... trabalhos de pedreiros, canalizações, estuques.*

Desenvolve a sua actividade por conta própria e não declarando às finanças as remunerações auferidas. Diz-nos que tanto trabalha para particulares como empreiteiros e justifica o facto de não declarar a actividade:

*... porque nem sempre tenho trabalho; umas vezes há, outras vezes não há.*

A remuneração que auferi é variável sendo também variável a periodicidade em que a recebe, se ao dia se à empreitada:

*Ao dia umas vezes levo 30 outras vezes levo 40 euros, é conforme. Às vezes vou fazer uma coisita e depois ganho mais um pouco; por exemplo, tenho um trabalho para dois dias, levo 80€ mas depois acabo mais cedo e vou fazer outro trabalho e ganho mais um pouco.*

---

<sup>16</sup> Citação de Sr. C. em entrevista realizada no dia 30 de Abril de 2010.

A procura de trabalho por C. é constante, fazendo também isso por sua conta:

*Eu procuro trabalho junto das pessoas conhecidas, por cartões nas caixas de correio porque às vezes as pessoas há coisas pequenas que mandam fazer. Eu também só faço trabalhos até um certo ponto. Não faço trabalhos grandes. Às vezes saio de casa só para ir à procura.*

C. afirma ganhar entre 500 a 600 por mês. E, de acordo com o cálculo do rendimento mensal do agregado para 2009 foi-lhe contabilizado 550€, sendo que a renda que vigorou para o ano de 2010 foi de 53€ (quando a renda técnica do fogo é de 139€)

A mulher de C. é doméstica. Já esteve a trabalhar na cafetaria de um supermercado, que, entretanto, fechou. Nessa altura, ficou a receber subsídio de desemprego, e durante esse tempo *não apareceu nada* e as possibilidades de trabalho que lhe apresentavam implicavam trabalhos cujos horários não eram compatíveis com o horário da escola do filho, sendo que o *ATL é muito caro e (por isso) não compensa.*

Ainda assim faz a limpeza de uma casa uma vez por mês.

À data da entrevista, ainda não auferiam de RSI, mas afirmou:

*Por acaso pusemos os papeis há 4 meses, mas não recebemos ainda nada.*

Os 500/ 600 euros que afirma auferir por mês, como nos diz,

*... vai dando para as despesas. Para já, a gente somos muito orientados; não somos de ir para os cafés, não bebo. Trabalho, por exemplo, 3 a 4 dias e vou orientando e dá para quando não tenho trabalho.*

Contabilizando as despesas de água, luz, gás, renda de casa, telemóvel, despesas semanais com o filho e alimentação e outros consumíveis domésticos, o Sr. C. afirma ter despesas mensais que rondam os 270 euros, afirmando, no entanto que semanalmente faz um avio de géneros alimentares na Igreja.

Quanto às datas em que procede ao pagamento das despesas mensais, C. diz-nos que umas vezes paga as contas nos dias certos, outras vezes espera até receber.

A propósito da gestão das despesas, C. disse-nos receber 70 euros de um trabalho de jardinagem que era do seu pai e que lhe foi passado. Com esse dinheiro, paga a renda da casa (53€) e ainda uma outra despesa.

Com a saúde tem poucas despesas, optando pelo serviço médico do Sistema Nacional de Saúde. Têm médico de família no Centro de Saúde de Fernão Ferro (já pertencente ao Concelho do Seixal, mas melhor servido que o Centro de Saúde da Quinta do Conde)

O pai de C. tem uma reforma de 300€ mensais, mas apenas contribui com 10 euros para as despesas da casa, pagando todas as despesas de saúde que lhe são respectivas, auferindo de uma reforma de cerca de 300€.

O Sr. C. não tem telefone fixo e a televisão é recebida via antena Parabólica.

Para além do café diário, C. diz não ter outras despesas deste tipo. Diz-nos ainda que raramente vai de férias:

*Vamos à praia mas é aqui ao pé e poucas vezes ...porque tenho que trabalhar e é aos Sábados e aos Domingos também.*

A propósito de uma possível conjugação entre férias da família a o seu trabalho, C. relata-nos o seguinte episódio:

*Uma vez, já aqui há tempo, queria dedicar-me a vender gelados na praia e escrevi uma carta ao Vereador da Câmara ... mas não consegui, não tive resposta. Ia naqueles carrinhos, já dava para levar a comida, e a mulher e o filho podiam ficar na praia.*

O Sr. C. diz que tem também algumas despesas com a carrinha, porém não as quantificou.

Mas, como afirma, *se não for a carrinha não tenho trabalho.*

As poupanças que a família faz dependem do que C. auferir por mês.

C. refere que na actividade que desenvolve tem mais trabalho no Verão do que no Inverno, principalmente nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro,

*...depois começa o tempo a aquecer. A gente junta no Verão para termos no Inverno. Poupo para o Inverno, para estarmos orientados.*

C. justifica não declarar às finanças a sua actividade porque o trabalho não é certo, justificando que *por isso é que eu queria montar um negócio.*

Do mesmo modo que não declara junto das finanças a actividade laboral, também não está a fazer descontos para a Segurança Social.

Em relação à mulher, disse-nos:

*...só quer trabalho com contrato (mas) hoje em dia é tudo experimentações e passados três meses vai-te embora.*

A principal expectativa que tem em relação ao futuro é a possibilidade

*...de ter um negócio próprio,*

Subentende-se aqui, e confirmando com o que foi dito anteriormente, a possibilidade de poder legalizar a sua actividade laboral

O Sr. C. expressa, depois, as suas expectativas em relação ao filho, pretendendo que este estude,

*que faça a faculdade para não ser burro como a mãe e o pai e para ser um homem.*

Por fim, C. expressa a vontade de comprar a casa à Câmara Municipal, mas demonstra ter dúvidas sobre este assunto e diz:

*...não sei se valerá a pena. A mulher, continua, gostava de comprar para mais tarde ser para o filho.*

**4. “NÃO VOU DE FÉRIAS A LADO NENHUM. AS FÉRIAS SÃO PARA TRABALHAR”<sup>17</sup>**

A Sra. D., natural de Aljustrel – Alentejo, vive com o companheiro e quatro filhos num fogo de tipologia T3 no Bairro Municipal de Almoinha.

Destes quatro filhos, os dois mais novos são fruto da actual relação, sendo que as outras duas filhas, juntamente com outras duas que já saíram de casa, são filhas de uma primeira relação de D.

Para além dos filhos, está com bastante frequência em casa de D., o único neto desta, filho da filha mais velha.

D. tem 44 anos de idade e o marido tem 48 anos. Os filhos têm 17, 16, 12 e 10 anos de idade e todos estão a frequentar a escola, estando a mais velha a frequentar o 12º ano de escolaridade.

Aos 16 anos de idade D. ficou com o 7º ano de escolaridade incompleto, tendo vindo a completar o 12º ano já em adulta, pois há cerca de 5 anos resolveu recomeçar a estudar, no âmbito do programa Novas Oportunidades. Entretanto, a Sra. D. fez também um curso de Inglês e outro de Informática.

Aos 16 anos de idade D. vivia com os pais e mais cinco irmãos no Alto do Moinho, Concelho do Seixal, onde já vivia desde os 4 anos de idade. Nessa idade, fugiu de casa dos pais e, *com um namorico*, foi para Lisboa/ Mem-Martins trabalhar. Nesse período, afirma que ainda dormiu uns dias num jardim. Depois, *pontapé daqui, pontapé da li* foi para a Lagoa de Albufeira onde conheceu o seu primeiro companheiro e pai das quatro filhas mais velhas.

Na Lagoa de Albufeira foi viver para uma roulotte e um ano e pouco depois teve a primeira filha. A partir do momento em que foi para a Lagoa, a sua vida começou a pautar-se pelo trabalho. Como refere, trabalhava horas seguidas num restaurante e em tudo o que lhe aparecesse. No restaurante trabalhava a troco de comida para as filhas. Nem tempo tinha para descansar:

*mal comia, mal dormia, mal descansava.*

O companheiro não trabalhava, *roubava*, diz ela; *se trabalhava um dia era para a droga*.

Face às más condições de habitabilidade em que ela e as filhas se encontravam e pelo facto

<sup>17</sup> Citação de Sra. D. em entrevista realizada no dia 14 de Setembro de 2010.

de o companheiro ser toxicodependente, a Sra. D. começou a ter apoios institucionais, quer através da Câmara Municipal - Serviço de Habitação, quer através do Tribunal de Família e Menores. A filha mais nova deste relacionamento, foi-lhe retirada quando ainda tinha quinze dias de vida, tendo ficado numa família de acolhimento até ao ano e meio de idade, quando, por mudança da sua situação de vida, a conseguiu recuperar. Nesta altura, a Câmara, atribuiu-lhe a título provisório, um contentor na localidade de Alfarim, para onde D. foi viver apenas com as filhas. Neste contentor viveu dois anos, tendo conhecido o actual companheiro pouco tempo antes de ser realojada definitivamente no Bairro Municipal de Almoinha, onde habita desde 1997.

Ainda a viver na roulotte na Lagoa de Albufeira, no ano de 1995, D. começou a trabalhar na Câmara Municipal de Sesimbra, mas apesar disso, continuou a ter trabalhos no sector informal: fazia limpezas, passava a ferro para fora e trabalhava num restaurante em Alfarim.

*Quando vim para a Câmara ganhava 46 contos. Agora ganho 620 euros.*

D. considera-se uma mulher de luta. Continua hoje a ter que manter uma actividade laboral para além do trabalho na Autarquia, porque as despesas que tem são muitas, sendo que para além dessa actividade, que consiste na limpeza de casas, serviços de mulher-a-dias, que já mantém há muitos anos e em que ganha 6€ por hora, trabalhando entre 10 a 14 horas por semana, ainda está sempre disponível para trabalhar em tempo extra na Autarquia.

D. refere que tem um nível de despesas muito elevado. Afirmou-nos que as despesas mensais, com água, luz, gás, renda de casa, telemóveis, rondam os 420€/450€. As despesas alimentares e outros consumíveis domésticos importam num montante entre 800€ a 1000€ por mês. Para além destas despesas, a Sra. D. referiu ainda o facto de todos os meses ter de pagar 750€ de créditos, que foi contraindo em momentos mais complicados da sua vida, nomeadamente quando o marido ficou de baixa por acidente e quando ficou desempregado, mas também quando necessitou de comprar móveis para a casa.

D. gere o pagamento das suas despesas pagando algumas contas através de transferência bancária, como são os casos da água, da luz e do gás, sendo que as despesas de renda de casa, televisão e telefone paga, regra geral, quando recebe. Sobre o pagamento das despesas, a Sra. D. afirmou:

*...tenho as contas controladas. Sei sempre quando falta dinheiro no banco para pagar alguma coisa e ponho mais. Estou habituada a controlar as minhas contas porque não quero ter lá em casa os homens a levarem-me coisas de casa (penhoras) como vejo com os meus vizinhos.*



O companheiro de D. encontra-se presentemente a trabalhar na Câmara Municipal de Sesimbra, no serviço às praias, através de um contrato sazonal de 6 meses. Para além desta actividade, da qual aufero o salário mínimo nacional (475€) o marido de D. tem também o que ela designa de *trabalhos extras*, não declarados: trabalha em jardinagem e todos os fins-de-semana trabalha num restaurante. Deste trabalho, o marido tem um rendimento semanal de cerca de 300€.

No apuramento do rendimento mensal deste agregado constata-se, através da consulta ao processo de inquilino, que este era de 1122,86€ em salários e de 407,40€ em Subsídio Social de Desemprego, tendo sido aplicada para 2010 uma renda de 170€, face a uma renda técnica de 275,35€

Como refere D.,

*Trabalhamos muito e não temos descanso. Não temos nem um bocadinho para a gente...*

e para além do trabalho, ou antes, dos diferentes trabalhos, D. vai ainda tomando conta do neto, como forma de ajudar a filha que precisa também de trabalhar.

A Sra. D. garantiu-nos que não consegue fazer poupanças. O marido ainda (...)

*tenta pôr de parte o dinheiro que ganha dos extras para alguma coisa que aconteça,*

mas regra geral precisa sempre de mexer nesse dinheiro para fazer face às despesas. Confessou que por vezes pede dinheiro emprestado às filhas mais velhas, que já saíram de casa, para pagar a renda.

Mas não poupando pela via da arrecadação de dinheiro, D. poupa por outras vias, como por exemplo quando vai ao supermercado:

*tento comprar bom mas mais barato (recorrendo às marcas de loja).*

A Sra. D. diz-nos que tem como único vício o tabaco, sendo que aí também já consegue poupar, substituindo o maço de tabaco pela onça de tabaco. Refere ainda que não tem por hábito comer em restaurantes –

*...apenas quando vamos às compras é que às vezes comemos no McDonald's.*

– nem ir ao cinema. Muitas vezes, leva comida para o almoço, mas quando não o faz come *qualquer coisa* em Snack-bares perto do serviço. Em transportes também não gasta dinheiro,

já que pode usufruir do transporte fornecido pela Câmara aos funcionários para as deslocações para o trabalho e para o regresso a casa.

D. e a família não costumam passar férias. Nos períodos de férias D. aproveita sempre para trabalhar nos chamados *extras* e assim poder ganhar mais algum dinheiro, pois como nos diz:

*(...)também não vou de férias para lado nenhum. As férias são para andar a trabalhar.*

O agregado familiar de D. apenas tem como subsídio os abonos familiares dos filhos, no valor de 32€ cada um. Ainda a propósito de subsídios referiu-nos:

*Já meti várias vezes os papéis para o Rendimento Mínimo, mas nunca consegui nada.*

Questionada sobre quais as perspectivas que tem em relação ao seu futuro, a Sra. D. disse-nos não ter nenhuma perspectiva em específico. Mas disse-nos:

*...desejo, queria, que me saísse o euromilhões para dar mais aos meus filhos e pagar os créditos.*

Acrescentou ainda que as suas *prioridades são,*

*Primeiro, as contas depois o resto, que é a alimentação e as outras coisas que sendo importantes, não o são tanto.*

A filha de 17 anos de idade pretende entrar na universidade no próximo ano, mas D. afirma não saber se pode pagar os estudos à filha. A alternativa que aponta para contornar esta situação:

*...ou ela tem de trabalhar para pagar essa despesa, ou eu não sei. Se saísse alguma coisinha, dava para aliviar.*

Partindo do exposto, apresentamos uma tabela que, de modo sintetizado, nos mostra, as principais dificuldades e também os principais desejos e ambições dos nossos entrevistados.

**Tabela 2: Dificuldades e Desejos/ Ambições dos entrevistados**

<b>Dificuldades</b>	<b>Desejos e Ambições</b>
<p>Rendimentos baixos ou insuficientes.</p> <p>Falta de tempo para o descanso e lazer.</p> <p>Gestão das despesas do dia-a-dia.</p> <p>Preocupação em relação ao futuro dos filhos.</p> <p>Ausência de pagamento de contribuições à Segurança Social</p> <p>Esperança de vida curta</p>	<p>Continuar a ter trabalho.</p> <p>Ajudar os filhos.</p> <p>Poder vir a descontar para a Segurança Social.</p> <p>Deixar a actividade no sector informal</p> <p>Progredir ou melhorar a situação profissional ao nível do trabalho no sector formal</p> <p>Ganhar o “Euromilhões”</p>

### **Capítulo 3: Estratégias para o Complemento de Rendimentos em Quatro Famílias Pobres do Concelho de Sesimbra: Reflexão**

Face à análise das entrevistas e tendo por base a recolha de informação processual das famílias, as conversas informais tidas com os entrevistados e membros do respectivo agregado familiar e ainda a o conhecimento que temos dos entrevistados e família por via da nossa actividade profissional, damo-nos contas das diversas experiências e principais problemas enfrentados por estas pessoas.

#### **1. As Escolhas**

##### **1.1. Deixar a escola para sustentar a família**

O recurso a actividades profissionais no âmbito da economia informal é marcada pela necessidade de complemento de rendimentos auferidos por via do trabalho legal, da situação de reforma e até como complemento a rendimentos auferidos através de subsídios sociais. Inclusivamente, encontramos o recurso à actividade informal como única via de obtenção de rendimentos, pois que parece ser uma hipótese adequada face à escassez de possibilidades mais bem remuneradas no mercado de trabalho formal.

Entrevistámos pessoas cuja vida é marcada pela pobreza ou pela persistência no combate à insuficiência de dinheiro. Cedo entraram no mercado de trabalho sendo, para tanto, obrigados a um abandono precoce da escola.

A baixa/ média escolaridade que estes homens e mulheres possuem arrasta-os para trabalhos menos qualificados e, consequentemente, mais mal pagos e que, de alguma forma, terão de suplantar. Dos nossos entrevistados, apenas um possui, em termos de grau de instrução, mais do que o 6º ano de escolaridade, sendo que de entre os que têm o 6º ano, dois completaram este nível e um tem-no inacabado. Importa, porém, referir que estas pessoas investiram de algum modo na sua escolarização e; à excepção de um entrevistado (Sr. C.) os restantes apostaram na escolaridade como meio para conseguirem um emprego estável no sector formal.

Não obstante a escolaridade, estas pessoas adquiriam ao longo do tempo uma capacidade e experiência de trabalho que lhes permite, com alguma facilidade, a inserção em diferentes

actividades. Desta forma, adquiriram um *saber-fazer*<sup>18</sup>, que se excede a um *saber-saber*<sup>19</sup>, que, podendo ser limitativo, e como refere Domingas Nazaré<sup>20</sup> (...) *não cobre a fraca qualificação da mão-de-obra, o que torna o factor trabalho relativamente limitado*, constitui, porém, o que se pode denominar de *um processo de formação aceitável*

Em nossa opinião, esta experiência de trabalho, este *saber-fazer* que permite aos indivíduos superarem as insuficiências, mormente financeiras, é uma das habilidades mais fortes e determinantes para a melhor sobrevivência dos indivíduos que entrevistámos.

## 1.2. Trabalhar mais (para ganhar mais)

A necessidade de ganharem mais dinheiro obriga os nossos entrevistados a uma vida árdua de trabalho. Quando integrados no mercado de trabalho formal, aproveitam possibilidades de trabalho em horas extraordinárias, e no tempo restante dedicam-se a actividades no mercado informal que, ao longo dos anos, vão mantendo. Quando reformados, e mesmo com o peso da idade em cima, dão continuidade a actividades não declaradas que já exerciam antes da reforma, e que lhes continua a possibilitar um nível de vida um pouco mais desafogado. E, quando é o informal o único modo de garante da subsistência familiar, procuram e realizam vários tipos de “biscates” que lhes permitem suplementar rendimentos de natureza incerta.

Esta capacidade de gerir o tempo, que se distribui entre o tempo de trabalho, formal e/ou informal, o tempo para a casa e para a família e o tempo para os próprios revela-se-nos como uma outra habilidade que estes indivíduos adquirem ou vão adquirindo pela necessidade de garantirem para si e para os familiares, um melhor nível de vida.

Nalguns dos casos que entrevistámos, trabalhar mais, não significa apenas o arrecadar de mais dinheiro, mas também a possibilidade de poderem poupar algum dinheiro em géneros, nomeadamente alimentares, sendo comuns os padrões oferecerem alguma comida, principalmente peixe, o que acontece com o nosso entrevistado que tem como actividade a pesca, mas também com a Sra. A., cujas patroas são proprietárias de um bar/restaurante. O trabalhar mais significa ainda a possibilidade de alargarem a rede social em que se encontram. Estas pessoas passam grande parte dos seus dias fora de casa, trabalhando em diferentes áreas e, por esta via, convivendo com outras pessoas que não apenas os familiares e vizinho

<sup>18</sup> Vide . AMARO, Rogério Roque (s/data) *A Exclusão Social Hoje*, Cadernos do ISTA, 9

<sup>19</sup> Idem

<sup>20</sup> Acerca deste assunto vide artigo de Domingas Nazaré *Mercado Informal em Angola* em <http://users.domaindx.com/africadebate/ad1%20domingas%20nazare.htm> consultado em 27/08/2010

### **1.3. Olhar ao que se gasta**

A gestão das despesas é feita numa base diária, quando o rendimento provém da actividade informal, e numa base mensal, quando o rendimento provém do formal. Na primeira situação, aproveita-se para comprar os bens alimentares como a carne, o peixe, os legumes, mas também os consumos próprios, nomeadamente, café e tabaco. Na segunda situação o rendimento auferido destina-se principalmente à aquisição de bens duradouros, como o arroz, a massa, o feijão, mas também os consumíveis domésticos. É com a remuneração mensal que pagam também as despesas de água, luz, gás e renda e transporte, sendo comum que paguem as despesas quando têm o dinheiro para o efeito, e não tanto na data em que a despesa deve ser liquidada. Apenas um dos entrevistados afirmou proceder a alguns pagamentos por transferência bancária.

Em termos de outros consumos que vão para além dos acima referidos, os nossos entrevistados revelam desenvolver uma grande contenção: não passam férias, até porque na época mais comum para férias, nomeadamente no Verão, aproveitam para trabalhar mais. Nos quatro casos entrevistados dois têm em casa acesso à Internet, sendo que pela via menos dispendiosa, a da escolaridade dos filhos. O recurso ao telemóvel, no caso dos que o usam, é moderado mensalmente, não sendo comum o carregamento mais do que uma vez por mês. Não fazem refeições em restaurantes ou afins, entre outros hábitos de consumo (vestuário, cinema, jornais)

As despesas de escolaridade com os filhos são, regra geral, em parte suportadas pelos apoios e subsídios que recebem do Estado. Os que têm filhos enquadram-se no escalão máximo dos apoios para a escolaridade proporcionados pela Acção Social Escolar, sendo de referir que estes apoios cobrem parte de despesas com livros, material escolar, refeições e transporte.

Ao nível da saúde, os indivíduos entrevistados recorrem à assistência médica proporcionada pelo Sistema Nacional de Saúde, à excepção de dois dos indivíduos que, na condição de Funcionários Públicos acedem também à medicina privada através do subsistema da ADSE.

Numa dos casos analisados, foi referida a necessidade de acesso ao crédito para fazer face a contingências da vida causadas pela situação o desemprego e de baixa por acidente de elemento activo do agregado. Foi também afirmado que foi utilizado o recurso ao crédito para a aquisição de bens sumptuários. A necessidade de contracção de crédito no passado, revelasse no presente a grande preocupação ao nível da gestão das despesas, sendo motivo para se aceitar mais trabalho.

Ao nível da gestão das despesas e dos consumos, os nossos entrevistados, revelam encontrar

estratégias expeditas que lhes permitem garantir algum controlo sobre os pagamentos a realizar ao longo do mês, de forma a conseguirem garantir o que entendem ser o essencial para o bem-estar da família.

#### **1.4. Poupar**

Nos casos que entrevistámos, percebemos que os indivíduos consideram que não conseguem fazer poupanças, devido à circunstância de ganharem pouco dinheiro o que não lhes permite poupar. Todavia, não sendo pela via da acumulação de dinheiro que estes indivíduos fazem poupanças, percebemos, como já referimos atrás, que encontram outras estratégias para pouparem o dinheiro que ganham, nomeadamente não o gastando. Pois, quando, por exemplo, os patrões lhes oferecem géneros como por exemplo alimentos, roupas e, bens para a casa, é dinheiro que não gastam podendo poupar para a aquisição de outro tipo de géneros.

De igual modo, revelam desenvolver estratégias de poupança quando adquirem bens de primeira necessidade e outros consumíveis, nomeadamente - como no caso relatado por um dos entrevistados - quando adquirem produtos de marca branca em detrimento de produtos de marca convencional que, regra geral, têm preços mais altos.

Na situação que nos é apresentada pelo entrevistado que apenas trabalha no domínio do informal, face à incerteza dos rendimentos que aufer e face às alturas do ano em que o ritmo de trabalho aumenta ou abrande, define uma gestão das poupanças em função das alturas em que ganha mais dinheiro. Faz também uma gestão do trabalho de forma a conseguir acumular trabalhos, ganhando assim mais dinheiro. Por exemplo, um trabalho que poderia fazer em três dias tenta fazê-lo num, ganhando o mesmo dinheiro e tendo a possibilidade de iniciar outros trabalhos.

#### **1.5. Perspectivar o futuro?**

Estes indivíduos perspectivam o futuro através dos filhos e dos netos, entendendo que continuarão a trabalhar de forma a poderem proporcionar aos filhos, um futuro melhor. E, nestes moldes, perspectivam a possibilidade de poderem proporcionar aos filhos mais estudos. A escolaridade dos filhos e, em particular, a obtenção de graus de escolaridade mais elevados do que aqueles que os próprios alcançaram, simboliza a possibilidade de ascensão social e também a possibilidade de os filhos poderem ter uma vida mais facilitada do que aquela que eles tiveram.

Porém, este desejo parece difícil de alcançar para muitos dos nossos entrevistados, principalmente daqueles que têm filhos maiores e que, tendo já abandonado os estudos, se debatem com dificuldades de emprego, mas também daqueles que tendo ainda filhos em idade escolar, e lutando contra as dificuldades diárias para sustentar a família revelam deparar-se com obstáculos para investirem na educação e futuro dos filhos. Nesta situação, temos o exemplo dado por uma entrevistada que tem uma filha pré-universitária e que confessou não saber se conseguiria pagar os estudos superiores à filha, afirmando mesmo que *...ou ela tem de trabalhar para pagar essa despesa, ou eu não sei. Se saísse alguma coisinha, dava para aliviar...*

Não obstante, e salvo a excepção do nosso entrevistado mais velho, cuja visão do futuro é assombrada pela esperança de vida mais curta que tem consciência de ter, os restantes têm do futuro uma imagem positiva e esperançosa, assim, e como alguns referem, *haja trabalho*.

Mas, para além de levarmos em linha de conta o que perspectivam em relação ao futuro dos filhos, há que analisar o esforço que a maioria fez no sentido de adquirirem competências escolares, completando uns o 2º ciclo e, num caso, o ensino secundário, com o objectivo principal da mobilidade profissional ascendente, vislumbrando a possibilidade de obterem rendimentos mais elevados.

## **1.6. Empreendedorismo**

A base empreendedora tantas vezes associada ao sector informal (FRIAS, 2006), não parece ser uma linha estratégica de sobrevivência que os nossos entrevistados persigam.

Uma das nossas entrevistadas refere que, em tempos, teve, em sociedade, uma empresa de limpezas, mas que não a conseguiu manter, entre outros motivos, porque a sua sócia não correspondia às obrigações geradas. Preferiu, assim, abdicar da empresa, manter os “clientes”, agora na posição de “patroas” e não declarar esta actividade remuneratória. Simultaneamente, procurou uma actividade formal, que começou por ser de natureza sazonal e, como tal, temporária, que lhe permitisse rendimentos regulares e uma maior segurança para o futuro, e assim se mantém há alguns anos.

Um outro entrevistado, entende que se encontra numa situação de grande insegurança por se manter apenas no sector informal e exprime o desejo de poder constituir uma empresa, porém, os custos, a burocracia do processo e a ausência de competências ao nível da formação e organização de empresas desmotivam-no.



Se no primeiro caso, o emprego no mercado formal se constituiu como uma via para superar as incertezas geradas pelo trabalho temporário ou sazonal e pelo trabalho em actividades informais, no último caso, o factor risco associado à criação de uma empresa parece ser mais difícil de contornar do que o factor de insegurança em relação ao futuro causado pela ausência de contribuições para o subsistema da segurança social, sendo notória a capacidade demonstrada para sobreviver através dos expedientes criados.

## 2. ***Modos de Vida***

Estas habilidades para a sobrevivência quotidianas marcadas pelo recurso ao exercício de profissões na economia informal remetem-nos para a questão dos *modos de vida* que estas pessoas herdaram ou foram adoptando no decorrer dos seus percursos de vida, face às vicissitudes e oportunidades que foram experimentando.

Trata-se de perceber que tipo ou que tipos de *modos de vida* se alteram ou se constroem pelo facto de estas pessoas recorrerem à economia informal como forma de complementarem os seus rendimentos, ou seja, e voltando a citar Capucha (2005:97)

*“(...) importa saber como as famílias pertencentes a essas categorias organizam estrategicamente os seus modos de vida, isto é, como aproveitam as margens de manobra disponíveis, segundo que critérios afectam os seus recursos – materiais, temporais, cognitivos ou relacionais – e como interferem, pela sua actividade – culturalmente orientada – nas respectivas condições de vida, quer dizer, como podem mobilizar energias estruturantes”*

Com base nas categorias da nossa análise, a relembrar: espaço residencial; organização familiar; profissão e condição perante o trabalho; especificação da proveniência de rendimentos; escolaridade; gestão das despesas mensais; estratégias face aos consumos e face às poupanças e perspectivas de futuro, tentamos definir o *modo de vida* dos nossos entrevistados.

Para esse efeito, não seguimos a categorização<sup>21</sup> que o autor a que temos vindo a fazer referência faz a propósito dos diferentes tipos de *modos de vida*. Seguimos, antes, a

<sup>21</sup> Luís Capucha tipifica da seguinte forma os *modos de vida*: *destituição; restrição; dupla referência; poupança, convivialidade; investimento na mobilidade; transitoriedade e desafecção* (2005: 215), sendo que analisa cada um destes tipos de acordo com as seguintes categoriais: *categorias e grupo sociais predominantes* (nas famílias); *localização mais frequente no espaço; bens e formas de consumir predominantes; modelos de organização familiar; percepção da posição social; estratégias de orientação de vida; representação do presente, do passado e do futuro* (2005: 215)

categorização que nos seguiu na condução das nossas entrevistas.

Importa referir que estas pessoas têm de si uma representação valorizada pelas estratégias a que deitaram mão para conseguir melhorar a sua vida e a das respectivas famílias. E as estratégias a que recorreram foram as de manter e alargar a rede de contactos de trabalho, nomeadamente ao nível do sector informal, e a melhoria do nível de escolaridade, sendo que esta última estratégia permitiu em três das situações relatadas uma inserção no mercado de trabalho formal, em concreto no sector público. Por esta via, alcançaram um desejo que encontramos como sendo muito comum, mas não apenas, na população mais pobre ou vulnerável à pobreza do Concelho de Sesimbra: o desejo de se tornarem funcionários, mesmo que apenas com contratos a termo, da Câmara Municipal de Sesimbra, onde os nossos entrevistados trabalharam ou trabalham ainda.

As pessoas que entrevistámos apresentam um tipo de vida muito voltado para a gestão do dia-a-dia, quer ao nível dos consumos, quer ao nível das despesas quer ainda ao nível das poupanças. O facto de viverem em habitação social torna-os mais permeáveis à imagem que os “outros” têm deles, sendo que o trabalho poderá também ser entendido como forma de pretenderem alargar a rede social em que se encontram, para além da rede familiar e da rede de vizinhos a que pertencem. Nos casos que entrevistámos, uma das pessoas chegou a pensar em poder adquirir à Câmara Municipal a casa onde reside, mas o facto de não possuir uma situação laboral legalizada impediu esta aspiração. Noutras situações, a possibilidade de se tornarem proprietários da casa onde habitam é uma pretensão que, face à situação financeira que atravessam, dificilmente podem concretizar.

Perspectivam de forma limitada o futuro: apenas referem a importância de continuarem a ter trabalho, sendo por esta via que acreditam poder continuar a ajudar os filhos. Transmitem aos filhos a importância da escolaridade para terem melhores hipóteses profissionais, dando como exemplo do que não querem para os filhos a própria vida que levam. Porém, a educação dos filhos não nos parece constituir, no presente, a principal prioridade destas pessoas, preocupadas que estão na gestão diária das despesas.

Face ao exposto, e considerando a tipologia de modos de vida traçada por Capucha (2005: 231-232) podemos afirmar que, na globalidade, os nossos entrevistados têm um *modo de vida* marcado pela “*Restrição*”, notando-se, porém, que estão na fronteira com o *modo de vida* designado por “*Investimento na Mobilidade*”, podendo em relação a este *modo de vida* apontar-se alguns factores: o investimento na escolaridade dos próprios já em adultos; o alargamento das redes sociais por via do trabalho e a preocupação que demonstram em relação ao futuro dos filhos.

### 3. Estratégias para o complemento de rendimentos

Pelo que atrás ficou dito, acerca das *habilidades para a sobrevivência* e o modo de vida característico dos nossos entrevistados, ressaltam como indicadores a ter em conta para uma melhor definição da noção de *estratégias para o complemento de rendimentos*, indicadores de várias ordens, nomeadamente de teor económico – onde podemos incluir as variáveis trabalho, rendimentos formais e rendimentos informais.

Indicadores de perfil mais social – relacionados com a escolarização; gestão do tempo de trabalho e de lazer e organização familiar e gestão dos consumos e das poupanças;

Por fim, importa sublinhar o valor dos factores culturais – as representações simbólicas que os indivíduos têm de si mesmos e da situação em que se encontram e o aproveitamento estratégico das oportunidades proporcionadas pelo meio, ambiental e sócio-económico, em que vivem

Nesta concepção, podemos entender que, entre indivíduos pobres e vulneráveis às situações de pobreza como estas que enunciámos, o recurso ao trabalho no sector informal é uma estratégia de autonomização suficiente que visa responder a uma orientação de vida voltada essencialmente para a sobrevivência quotidiana; em que o tempo é marcado essencialmente pelo trabalho e para o trabalho e num espaço que lhes oferece oportunidades que procuram beneficiar.

Os rendimentos auferidos por via das actividades informais vêm, nos casos em análise, complementar rendimentos auferidos através de actividades no sector formal, ou são mesmo, a única fonte de rendimentos dos indivíduos. Contudo, face à experiência dos entrevistados – referimo-nos à sua condição social de origem, aos médios e baixos graus de escolaridade que apresentam, aos modelos de organização familiar e dos quotidianos em família, ao enquadramento profissional na maior parte das vezes mal remunerado - não é de estranhar que o objectivo principal da realização de actividades económicas informais, acabe no seio deste grupo, por se vocacionar e até limitar, quase exclusivamente, ao consumo de bens indispensáveis à sobrevivência diária e por aí, de alguma forma, se condicione uma reprodução, muito estática, dos dias destes indivíduos.

## **CONCLUSÕES**

A representação mais comum da pobreza é ainda, em larga medida, a de indivíduos com carências de vários teor, nomeadamente ao nível da angariação dos recursos suficientes para fazer face à sobrevivência.

Entre as várias estratégias de angariação de recursos que permite aos homens e mulheres enredados numa situação de pobreza, ou de maior vulnerabilidade à pobreza, fazer uso para combater as diferentes insuficiências, interessou-nos analisar o recurso destas pessoas a trabalhos no domínio da economia informal como forma de complementarem rendimentos auferidos através do mercado formal de trabalho ou até através de subsídios e apoios do Estado.

O recurso à prática do *biscate* faz já parte da cultura portuguesa, sendo, portanto, com alguma passividade que por vezes se olha para este facto, isto é, sem por vezes se questionar o porquê da sua prática. O ser capaz de fazer um pouco de tudo, assim a situação o obrigue; o *desenrasque*, para melhor se poder viver, faz parte de um modo de ser e de estar na vida bem próprio dos portugueses, habituados à “lei” do *quem não tem cão, caça com(o) gato*.

Mas importa, porém, entendermos as dinâmicas e processos de vida pessoal e colectiva que implicam os indivíduos na procura de estratégias para melhorarem a sua qualidade de vida, sendo esta de facto, e em nosso entender, uma das particularidades dos estudos sobre a pobreza.

Os objectivos para esta pesquisa, em linhas gerais, prendiam-se com a vontade de se recensear e analisar o uso dos recursos que os homens e mulheres que entrevistámos deitavam mão, no sentido de melhorarem a sua vida e a das suas famílias,

O recurso ao trabalho no sector informal parece-nos constituir um ganho adicional face a rendimentos obtidos através do mercado formal de trabalho e que permite também uma maior mobilidade de acção, não apenas em termos económicos, mas também e, principalmente, em termos de ganhos relativos às próprias possibilidades de crescimento individual e eventualmente de mobilidade social ascendente tanto dos indivíduos estudados como das suas famílias.

As entrevistas destes homens e mulheres, remetem-nos para vivências de um passado de pobreza, com um presente de luta constante contra a persistência de situações de pobreza e para um futuro que dificilmente conseguem antever fora da esfera de vida que vivem no presente, não obstante quererem para os filhos um futuro melhor, que, acreditam, ter de passar

por uma escolarização mais elevada do que aquela que eles próprios tiveram a oportunidade de ter.

Ao longo do tempo, estes indivíduos foram experimentando, em termos de trabalho, as oportunidades que o meio em que vivem lhes oferecia, demonstrando capacidades estratégicas de adaptação à envolvente. Por um lado, aproveitaram as oportunidades que derivam das potencialidades ambientais do Concelho de Sesimbra, caso da pesca e da restauração. Por outro lado, adaptaram-se às conjunturas de crescimento sócio-económico que este Concelho tem vindo a conhecer por via do aumento populacional, estando aqui identificadas as actividades que decorrem da construção civil, como consequência do aumento exponencial da construção.

Mas esta capacidade de adaptação ao meio é também verificável através do exercício de actividades formais. No Concelho de Sesimbra, a Câmara Municipal é das principais entidades empregadoras, principalmente quando com a crise do sector das pescas absorve homens que ficaram sem trabalho e, nalguns casos, também familiares destes. Ora, nos casos que aqui trouxemos, três trabalharam e/ou trabalham em serviços da Câmara Municipal, tendo, para o efeito, obtido já em adultos os graus de escolaridade exigidos

Mas, mantendo-se a necessidade de obtenção de um complemento de rendimentos gerado através do exercício de actividades no sector da economia informal, esta dinâmica surge-nos como estratégia de sobrevivência destes homens e mulheres, preocupados em traçar para si próprios e respectivos familiares um presente onde o essencial (alimentação, vestuário, bens para a casa e habitação) esteja devidamente garantido. E, neste sentido, entendemos que estes indivíduos se encontram enredados numa situação de pobreza e/ou de vulnerabilidade à pobreza, pois que o recurso à economia informal como forma de complemento de rendimentos nos sobrevém como continuado no tempo e não com o objectivo de superação de dificuldades transitórias.

A economia informal carrega o peso do ilegal, do não regulamentado pelos mecanismos do Estado. Não obstante é garantia de melhor nível de vida para vários grupos sociais. Nas situações que aqui trouxemos a debate, o complemento de rendimentos obtidos através do sector informal permite que os indivíduos para além de conseguirem suplantar os rendimentos que auferem do sector formal continuem a poder aceder a apoios do Estado, por se tratar de rendimentos não declarados. Mas, caso declarassem esses rendimentos tal não lhes seria viável. Por exemplo, alguns deles caso declarassem estes rendimentos poderiam não ter acesso ao Rendimento Social de Inserção, e até mesmo, a uma habitação social ou a rendas mais baixas dentro desta, sendo estas inacessibilidades nomeadamente a inacessibilidade à habitação social ou a uma renda apoiada baixa, condição de maior precariedade social e

económica, uma vez que esses rendimentos sendo em valor suficiente para os afastar das margens que o Estado considera de pobreza económica, não seriam, todavia, suficientes para que criassem autonomias, pois os rendimentos que estas pessoas auferem através do sector informal são baixos, pelo facto de exercerem actividades que implicam baixa remuneração.

O nosso estudo mostra-nos, pois, que o recurso a actividades no âmbito da economia informal revelasse essencial na garantia das condições básicas de subsistência de muitas famílias, permitindo-lhes um melhor nível de vida

Não obstante a grande maioria dos estudos sobre a economia informal se centrar nos países em desenvolvimento, naturalmente que este domínio da economia não é apanágio destas sociedades. Será, muito provavelmente apanágio da necessidade dos indivíduos em melhor viverem e sobreviverem num mundo cada vez mais pautado por crises económicas, tantas vezes devidas à incapacidade dos Estados em gerarem e em distribuírem riqueza.

Neste sentido, o recurso à economia informal, em particular nas sociedades ocidentais, não será também apenas um atributo das camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade. Eventualmente será uma realidade transversal aos diferentes grupos sociais, que se deparam com situações de desemprego crescente; com situações de dificuldade de acesso ao primeiro emprego (veja-se o caso de licenciados inactivos ou activos em postos de trabalho que nada têm a ver com a sua formação e os quais auferem salários baixos e em situações laborais precárias e deficitárias) ou, entre outras, com situações de insolvência financeira pela prática anterior de um consumismo desenfreado mas que o sistema capitalista tornou bastante acessível a qualquer um. Face a este entendimento, julgamos que a transversalidade, eventualmente crescente, do recurso a actividades no âmbito da economia informal por parte de diferentes grupos sociais é um domínio de investigação a explorar no âmbito das Ciências Sociais e da Antropologia em particular.

## **BIBLIOGRAFIA**



**AMARO**, Rogério R. (1988) - «Proposta para uma Disciplina de Economia Portuguesa Aberta à Pluridisciplinaridade», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, Edição do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) Edição de Maio.

-----, (1990) - «Desenvolvimento e Injustiça Estrutural», in *Communio*, 5, pp: 448 - 459. Edição de Setembro-Outubro.

-----, (1991) - «Lógicas de Espacialização na Economia Portuguesa», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 10. Edição do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES).

----- (1991) – *A Pobreza e o Desenvolvimento – Algumas interrogações e pistas de reflexão*, in 1º Encontro de Promotores de Projectos, Lisboa, Ministério do Emprego e da Segurança Social/ Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza

**AUGÉ**, Marc (1995) [1992] – *Non-places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity*, London, Verso

----- (s/ data) – *Integração, Inserção e Inclusão – Conceitos e estratégias* (texto policopiado)

----- (s/ data) – *A Exclusão Social Hoje*, Cadernos do ISTA, 9

----- (2002) – *O Voluntariado nos Projectos de Luta Contra a Pobreza em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários

**BARATA**, Oscar Soares (1998) - «Conter e Reduzir a Pobreza», in *Política Social* 1998.pp. 11-58 Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa

**BARDAN**, Laurence (1995) – *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70

**BASTOS**, Amélia (1999) – *Pobreza Infantil: Ensaio de Conceptualização e Medição com Aplicação a uma Zona Urbana em Portugal*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão

**BATALHA**, Luís (1998) – *Emics/ Etics revisitado: “Nativo” e “Antropólogo” lutam pela última palavra*, Etnográfica, Vol. II (2), pp. 319-343

----- (2005) – *Antropologia. Uma perspectiva holística*, Lisboa, ISCSP-UTL

**BAYAT**, Asef (1997) - *Street Politics – Poor People’s Movements in Iran*, New York, Columbia University Press.

**BAYART**, Jean-François (1989) – *L’état en Afrique – La Politique du Ventre, L’espace du Politique*, Paris, Librarie Arthème Fayard

**BERNARDI**, Bernardo (1988) – *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, Lisboa, Colecção Perspectivas do Homem/ Edições 70

**CAMPBELL**, Bernard (1983) – *Ecologia Humana*, Lisboa, Col. Universo da Ciência, Edições 70

**CAPUCHA**, Luís (1992) – *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Lisboa, Tese de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**CAPUCHA**, Luís (2005) – *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora

**CARMO**, Hermano e **FERREIRA**, Manuela Malheiro (1998) – *Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta

**CASAL**, Adolfo Yáñez (1993) - «Identities Culturais e Desenvolvimento – contribuições». Intervenção ao Congresso da Sociedade de Antropologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (policopiado)

**CASTEL**, Robert (1995) – *Les Métamorphoses de la Question Sociale: une Chronique du Salarial*, Paris, Fayard

**CASTELLS**, Manuel (1977) – *The Urban Question*, London, Edward Arnold

----- (2002) – *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* Vol. I A Sociedade em Rede, Lisboa, Gulbenkian

**CHIZZOTTI**, António (2003) *A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios*, Revista Portuguesa de Educação, ano/vol. 16(02), Pp.221-236, Universidade do Minho, Braga, in <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37416210.pdf>

**CLIFFORD**, James (2002) - «Prendere sull serio le politiche dell'identità», au taut, 312, 96-114, Milano

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SESIMBRA** (2008) – *Plano de Desenvolviemtno Social do Conselho de Sesimbra (2008-2010) – Plano de Acção Anual (2008)*

**COSTA**, Alfredo Bruto da (1998) – *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva

**CUNHA**, Manuela Ivone P. da (2006) – *Formalidade e Informalidade. Questões e perspectivas*, Revista Etnográfica, Vol. X (2) (pp. 219-231), in [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65612006000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65612006000200001&script=sci_arttext) consultado em 11/05/2009

**FAUNDEZ**, Júlio (2009) - *Empowering Workers in the Informal Economy*, Hague Journal on the Rule of Law, 1 (pp. 156-172)

**FERNANDES**, José Luís e **CARVALHO**, Maria do Carmo (2000) – *Problemas no estudo Etnográfico de Objectos Fluidos – os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social*, Porto, Revista de Educação Sociedade e Culturas, Associação de Antropologia e Educação (pp-59-87)

**FERREIRA**, J. M. Carvalho et all (org,) (1996) – *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras Celta Editora

**FITOUSSI**, Jean-Paul e **ROSANVALLON**, Pierre (1997) – *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora

**FREITAS**, Maria João (1993) - *Acções de Realojamento e Re-estruturação dos Modos de Vida – um estudo de caso*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana do ISCTE,

----- (2001) *Habitação e Cidadania – No trilho da Complexidade de Processos Relacionais Generativos*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia do ISCTE,

**FRIAS**, Sónia (1993) - «Contribuição para o Estudo do Processo de Adaptação à Mudança: o caso de duas mulheres islâmicas na região de Lisboa», *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 111, (1-12), pp. 23-117, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa

----- (1998) - «Dimensões Individuais da Integração: dados para reflexão». In *Política Social 1998*, O. S. Barata (coord.), pp. 205-224, Lisboa, ISCSP

----- (2001) - «Impactos Sociais da Guerra – Apontamentos sobre a mudança vivida em quatro localidades do interior de Moçambique», in *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*, BARATA, Oscar Soares e PIEPOLO, Sónia Infante Girão Frias (coords.), pp. 101-107, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

----- (2006) – *Mulheres na Esteira Homens na Cadeira: por quanto tempo?* Lisboa, ISCSP.

**FRIEDMANN**, John (1996) – *Empowerment: uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Lisboa, Celta Editora

**GEERTZ**, Clifford (1973) – *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, New York, Basic Books

----- (1983) – *The Local Knowledge: Further Essays in Interpretative Anthropology*, London, Fontana

**GIDDENS**, Anthony (1996) [1990] – *As Consequências da Modernidade*. 3ª Edição, Oeiras, Celta Editora

----- (1989) [1997] – *Sociology*. 3ª Edição, Cambridge, Polity Press

**GUERRA**, Isabel (1997) - «O Realojamento Social - um Debate sobre Princípios. Reflexões sobre Programas de Realojamento», in *Fórum Habitação - III Encontro*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação, pp. 11-25.

-----, Isabel, (1997) - «Um Olhar Sociológico sobre o Alojamento», in *Sociologia - Problemas e Práticas*, 24, pp. 165-181

----- Isabel (1998) - «Grupos Sociais, Formas de Habitat e Estrutura dos Modos de Vida», in *Sociedade e Território*, 25/26, pp.118-128.

**HARRIS**, Marvin (1990), *Canibais e Reis*, Lisboa, Colecção Perspectivas do Homem, Edições 70

**HOBBSBAWN**, Eric e **RANGER**, Terence (orgs.) (1983) – *A Invenção das Tradições*, Colecção Pensamento Crítico, vol. 55, Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra

**KRAYCHETE**, Gabriel (org.) (2000) – *Economia dos Sectores Populares: entre a Realidade e a Utopia*, Petrópolis, Vozes, in <http://www.capina.org.br/download/pub/esp2000.pdf>, consultado em 20/06/2009

**LÉVI-STRAUSS**, Claude (1983) – *O Olhar Distanciado*, Coleção Perspectivas do Homem, Lisboa, Edições 70

**LEWIS**, Óscar (1966) - *La Vida: a Puerto Rican Family in the Culture of Poverty*, New York, Random House

----- (1963) – *The Children of Sanchez: Autobiography of a Mexican, Family*, New York, Random House

**MOREIRA**, Carlos Diogo (1994) – *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, ISCSP-UTL

**NAZARÉ**, Domingas, *Mercado Informal em Angola* em <http://users.domaindx.com/africadebate/ad1%20domingas%20nazare.htm> consultado em 27/08/2010

**NETO**, João Pereira (1991) – *Desenvolvimento e Mudança Cultural: o caso dos Concelhos de Arganil, Carregal do Sal, Mortágua, Penacova, Santa Comba Dão e Tábua* (Texto policopiado), Lisboa (s. n.)

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO** – Escritório da OIT em Portugal (2002) *A OIT e a Economia Informal: o Trabalho Digno e a Economia Informal*, Resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, que integra *Estatísticas de emprego no sector informal* (1993), Resolução da 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, in [http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia\\_informal.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf) consultado a 11/05/2009

**PAULILO**, Maria Angela Silveira - *A pesquisa Qualitativa e a História de Vida* in Serv. Soc. Rev. Londrina v. 2 n. 1 p. 1-153 jul./dez. 1999 [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm), site consultado a 19/05/2010

**PELTO**, Perti J. (1971) – *Iniciação ao Estudo da Antropologia*, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar

**PELTO**, Perti J. e **PELTO**, Gretel (1978) – *Anthropological Research: the Structure of Inquiry*, 2<sup>nd</sup>. Ed., Cambridge, Cambridge University Press.

**PEREIRO**, Xerardo (2006-2007) – *Apontamentos de Antropologia Cultural*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Tema 15: Antropologia Urbana

**PERLMAN**, Janice E. (1977) – *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**PORTES**, Alejandro, **CASTELLS**, Manuel, **BENTON**, Lauren A. (1989) – *The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries*, Baltimore and London, John Hopkins University Press.

**PROGRAMA POBREZA 3** (1994) – *A Pobreza é com Todos: Mudanças Possíveis: balanço de uma experiência* - PROGRAMA COMUNITÁRIO PARA A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS GRUPOS MENOS FAVORECIDOS, Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias

**QUIVY**, Raymond e **CAMPENHOUDT**, Luc Van (1997) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva

**REDE SOCIAL DE SESIMBRA** – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sesimbra (2008-2010) – Plano de Acção Anual (2008)

**RODRIGUES**, Eduardo Vítor; **SAMAGAI**O, Florbela; **FERREIRA**, Hélder; **MENDES**, Maria Manuela **JANUÁRIO**, Susana (1999) – *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas em Portugal*, Porto, Universidade do Porto/ Faculdade de Letras

**SEN**, Amartya (1999) – *Pobreza e Fomes*, Colecção Questões de Economia, Lisboa, Terramar

**SILVA**, Manuela; **COSTA**, A. Bruto da (1989) – *A Pobreza Urbana em Portugal: um Inquérito a Famílias em Habitat Degradado, nas Cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*, Centro de Reflexão Cristã – Departamento de Pesquisa Social, Caritas Portuguesa

**SPINDOLA**, Thelma e **SANTOS**, Rosângela da Silva *Trabalhando com a História de Vida: Percalços de uma Pesquisa(Dora?)* in Rev Esc Enferm USP , 2003; 37(2): 119-26. in <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf>, consultado em 22/03/2010

**TEIXEIRA**, Alda, **MOURA**, Dulce; **GUERRA**, Isabel, **FREITAS**, Maria João, **GROSS**, Marielle e **VEIRA**, Paula (1997) - *Diagnóstico da Implementação do Programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, Lisboa, CET.

**VV.AA.** *Economia Informal em Portugal*, Relatório Final, Estudo elaborado para a COETC e IAPMEI pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa, Julho de 2008, [http://www.cotecportugal.pt/images/stories/iniciativas/Economia\\_Informal/estudo\\_economia\\_informal.pdf](http://www.cotecportugal.pt/images/stories/iniciativas/Economia_Informal/estudo_economia_informal.pdf)

**VALE de ALMEIDA**, Miguel (1995) – *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.

**WALLERSTEIN**, Immanuel (1979) – *The Capitalist World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press

**WARD**, Peter M. (1976) – “The Squatter Settlements as Slum or Housing Solution: evidence from Mexico City”, *Land Economics* 2(3), 330-346, in [http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=ArticleURL&\\_udi=B6V68-465D5YM-1&\\_user=10&\\_coverDate=12%2F31%2F1978&\\_rdoc=1&\\_fmt=high&\\_orig=search&\\_origin=search&\\_sort=d&\\_docanchor=&\\_view=c&\\_searchStrId=1477644527&\\_rerunOrigin=google&\\_acct=C000050221&\\_version=1&\\_urlVersion=0&\\_userid=10&md5=403cba846d5cfb3a46eddb7acaaeed46&searchtype=a](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6V68-465D5YM-1&_user=10&_coverDate=12%2F31%2F1978&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_origin=search&_sort=d&_docanchor=&_view=c&_searchStrId=1477644527&_rerunOrigin=google&_acct=C000050221&_version=1&_urlVersion=0&_userid=10&md5=403cba846d5cfb3a46eddb7acaaeed46&searchtype=a)

## **ANEXOS**



## GUIÃO DE ENTREVISTA

Quantos são na família

Estado civil

Escolaridade

Profissões

Fontes de rendimentos

Quem, nas famílias, tem actividade informal (e justificar essa natureza informal)

Especificar a proveniência de rendimentos:

- a) informal “puro”;
- b) informal +RSI
- c) informal + Subsídio de Desemprego
- d) informal + Pensão de Reforma e/ou Pensão de Sobrevivência
- e) informal + formal

Face a uma multiproveniência de rendimentos, identificar:

- a) como são geridas as despesas e
- b) quais as estratégias de consumo e de poupança

Perspectivas em relação ao futuro dos próprios, da família e, principalmente, dos filhos.

## ENTREVISTAS

## ENTREVISTA Nº 1

Realizada no dia 04 de Março de 2010

Sra. A.

41 anos de idade Reside no Bairro Municipal de Almoinha

Vive em União de facto

Tem 3 filhos de um primeiro casamento e uma filha do actual companheiro. Vive com o companheiro, os 4 filhos e uma nora

Tem o 6º ano de escolaridade (tirado em adulta)

Trabalha na Câmara Municipal de Sesimbra como Auxiliar de Serviços Gerais. Tem um contrato de trabalho por ano

Após o horário de trabalho, nos feriados, folgas e férias trabalha nas limpezas, em casa de “patroas” onde já trabalha há muitos anos

Os apoios que recebe do Estado: abono pela filha mais nova e Escalão A no SASE (apoio para a escolarização da filha: apoio na aquisição de livros e material material escolar e alimentação)

*Tenho 41 anos de idade. Nasci em Sesimbra, na Vila, no hospital mesmo.*

*Andei na escola até ao 5º ano incompleto, era o 1º ano. Depois fiz o 6º no Forpescas, já tinha 39 para aí. Fiz o 6º ano no curso de “Apresentação e Comercialização de Pescado” durante seis meses. Tirei outro curso, de “Rendeira” e o outro (curso) é que já não me lembro do nome, mas também relacionado com o pescado. “Rendeira” é relacionado com as redes. Estes cursos foram praticamente todos seguidos.*

*Deixei de estudar quando era nova porque trabalhava. Ao fim de semana ia tomar conta do bebé de um Coronel, e depois não quis estudar mais e continuei lá, o dia inteiro. Depois comecei à semana. Era em Sesimbra. Tinha 14 anos. Tive aí três anos, desde os 12 até aos 14/15, mais ou menos. E depois então foi quando fui para Lisboa.*

*Fugi com o pai dos meus filhos. Ele era de Lisboa. Em Lisboa fui para casa dos pais dele e depois fui para a Cruz Quebrada. Eles moravam no Dafundo. Fui para a Cruz Quebrada morar para uma casa pré-fabricada, sozinha com ele, onde estavam uns timorenses que tinham chegado naquela altura. Depois comecei lá a trabalhar.*

*O meu primeiro trabalho foi a vender malas numa papelaria em Algés, por baixo de uns arcos, numa papelaria que, por acaso, ainda lá existe.*

*Depois o meu filho nasceu, o meu Carlos Manuel, tinha eu 18 e depois arranjei (trabalho) para a Luzalite. Estive lá uns quatro anos e depois eles queriam-me pôr efectiva, eu não quis...ele (o companheiro) era toxicodependente. Eu não queria lá ficar porque eu pus lá ele a trabalhar. Eles gostavam muito de mim, mas ele fazia sempre zaragatas, ciúmes...e depois quando foi para me porem efectiva chamaram-me e perguntaram-me se eu queria e eu disse que não, já não aguentava mais. Queria sair de ao pé dele. Tinha já o Ricardo e por último o Paulo. Foi quando eu me vim embora.*

*O Carlos Manuel tem 24 anos. O meu Ricardo tem 22 o meu Paulo nasceu em 1990, tem 20.*

*Entretanto vim para Sesimbra com três sacos de roupa. Tudo o que eu tinha lá, deixei, com uma casa que me tinha sido dada em Oeiras, da Câmara e nem sequer a estreei. Como iam deitar as casas pré-fabricadas abaixo, eles então atribuíram uma casa. Ele ficou lá e vendeu tudo. Acho que não ficou na casa. Recebeu a chave mas depois não pagou nada. Não sei como é que ficou.*

*Em Sesimbra fui para casa dos meus pais, no Facho de Santana.*

*Trabalhei nas Vilas de Sesimbra aquilo ainda não tinha aberto, estava no começo. Depois sai de lá e eu própria abri uma empresa de limpezas mais uma moça. O negócio não deu porque depois na altura eu tive a minha Nádia e ela (a colega) faltava muito e não se orientava e eu mesmo com licença de parto tinha de ir na mesma. Ela não tinha cabeça para orientar.*

*A Nádia nasceu em 2000. Eu também limpava o MiniPreço nessa altura. Era uma empresa legal, tinha cartões e tudo. Tive que fechar a empresa e fiquei com as patroas. Não gostavam do trabalho dela nem das pessoas que ela lá punha e, então, fiquei eu.*

*Mas, em 1991, quando me separei, fui três meses para o Parque de Campismo (Parque de Campismo Municipal do Forte de Cavalo) Depois em 92 também fui três meses e em 93, três meses. Em 94 foi já quatro meses e em 96 seis meses, que foi quando tive o acidente. Eram contratos no período do Verão. Já tinha antes a empresa, foi logo em 90, e depois conjugava o trabalho da empresa e o do Parque de Campismo, pela Câmara. E foi depois que eu tive o acidente: tínhamos saído do Parque de Campismo e fomos trabalhar para o Parque do Campimeco e ao ir para casa, na Corredoura, tive o acidente de mota. Aí estive de 95 até*

2000. Durante este período de tempo fiz os cursos. Elas (Segurança Social) pagavam-me a creche e tudo. Só depois é que fiquei só com o MiniPreço. Depois deixei porque não dava.

Já o conhecia (o actual companheiro) porque ele era casado, era da família, da que era minha cunhada, do pai dos meus filhos. Ele estava separado. Era de cá. Eu conheci o pai dos meus filhos através dele e da irmã. Era para aí 93/94 quando comecei com ele. Ele é só pai da Nádia. Tem outros filhos: dois de uma mulher e dois da minha cunhada que morreu, que ele é viúvo dela. Portanto te quatro filhos e com a Nádia cinco.

Em minha casa viveram primeiro o filho dele e depois a minha enteada e agora ainda bem que foi embora. Agora tenho só os meus filhos e a minha nora.

Passei a viver junto com ele em 95. Mais tarde, depois, foi-me atribuída a casa pela Câmara, para aí em 99.

Em 95 tive, quando tive o acidente, tive a primeira operação e os meus filhos foram para o colégio (Internato do Instituto de Reinserção Social, IRS), para Estremoz, os três. Foram porque como eu tinha feito a primeira operação e o médico disse que eu tinha que fazer mais duas operações, e ele na altura andava ao mar, não podia ficar com os miúdos nem olhar pelos miúdos. Então, a tia deles, tia-avó, que era da Igreja Evangélica, é que arranjou. Ela queria só pôr um e eu disse não, ou vão os três ou não vai nenhum e assim foi, ela arranjou para os três e estiveram lá os três. O meu Paulo esteve até aos 17, tinha uns 3 quando foi; o Carlos Manuel uns 5 e esteve lá até aos 18, mais ou menos e o meu Ricardo também até aos 18. Em parte foi positivo para eles...eu andava sempre a ser operada, e a minha irmã também não tinha capacidades...em parte foi. Não foi positivo noutra parte, porque era melhor estarem ao pé de mim, acho que era diferente.

O meu marido era pescador e quando lhe apetecia ia e quando não lhe apetecia não ia (ao mar) ...eu tinha que ir. Às vezes, cheguei a ir de mota, com a perna presa por um cordel, para ir buscar dinheiro do seguro a Setúbal.

Ele também trabalhou em armação de ferro, armador de ferro. Era mais ou menos regular. Era capaz de estar quatro meses, depois não tinha trabalho. Quando havia trabalho ele trabalhava.

(Depois da recuperação) fui outra vez para a Câmara, para o Parque de Campismo; fiquei com as mesmas patroas, que são da mesma família, que é a mãe, duas filhas e um filho.

No Parque continuava a ser seis meses. Agora, por último, é que já tive oito meses. Já é três contratos que tenho de oito meses, e agora renovaram-me por um ano.

Recebo o ordenado mínimo mais as horas e os feriados e os subsídios (de férias e de Natal), que agora não recebo, por causa da situação de 2005, que ele (o companheiro) fez um

*empréstimo que como não pagou tiram-me do meu ordenado. Não recebo horas, nem feriados nem subsídio de férias nem de Natal. Eu chorei tanto. O empréstimo foi para ele comprar ferramentas para armador de ferro. Ele chegou a trabalhar com estas ferramentas, mas só que depois vendeu as ferramentas quando não havia já trabalho. Ainda lá tem uma máquina. Quando vendeu as ferramentas o dinheiro foi para ele. Eu não vi nem a cor. Não abateu no empréstimo e eu nem sabia que ele ainda devia.*

*Tenho necessidade do trabalho extra porque as minhas despesas, o meu ordenado não chega. Das horas recebo e é logo para comprar comida e o dinheiro da Câmara é para eu pagar as despesas de água, luz, ...Eu pago estas despesas só quando recebo, não pago nas datas. O dinheiro das patroas é pouco para a comida. Todos os dias levo comida. Quando recebo da Câmara, às vezes faço um aviozito, mas é mais à base de arroz e isso, agora carne e isso é diário. (Roupa) é muito raro (comprar). Às vezes só compro para a minha Nádía. Mas dão-me muita roupa. Bebo um cafezito e compro tabaco. A minha patroa deu-me (mobiliário). Até o esquentador ela me deu.*

*Não faço poupança. Quem me dera que ele chegasse até ao fim do mês.*

*O meu marido tem andado ao mar. Agora há dois dias que ele não vai. Não vejo nenhum (dinheiro). E pagou-me a luz porque eu disse a ele "a luz está com aviso de corte, tens de pagar a luz". Eu pus-lhe 170€ por mês para o quarto, mas ele não dá. Para o quarto que era para a luz e para essas coisas todas e mesmo isso ele não dá. E pagou-me uma vez o gás. Eu tenho lá tudo assente. O dinheiro que ele dá para pagar seja o que for eu assento tudo e ponho a data, que é para ele depois não dizer que dá mais e eu não tenho como provar. Assim, assento o que ele dá.*

*De subsídios só recebo o abono da Nádía.*

*O meu Ricardo está na tropa. O meu Carlos Manuel é que esteve só a trabalhar no Verão. Agora não tem. Está em casa com a mulher. Estão os dois em casa desempregados, e o meu Paulo está a estudar, a fazer o 12º ano num curso de três anos, e parece que não passa, porque falta. O Ricardo tem o 12º ano, o Carlos Manuel tem o 9º ano e a Nádía anda na 4ª. A Susana (a nora) tem o 9º ano incompleto. Sim, sim., estão inscritos no Centro de Emprego. Eu fui lá com eles, mas até à data ainda não os chamaram. Como ela não é de cá, é de Óbidos, por isso fui com ela (ao Centro de Emprego) Ela, por enquanto, ainda não consegui. Eu até já pedi, só que agora, nesta altura, também está mau, e não consegui encaixá-la em lado nenhum. Vai-me fazendo as coisas em casa.*

## **ENTREVISTA Nº 2**

**Realizada no dia 29 de Abril de 2010**

**Sr. B.**

**65 anos de idade**

**Reside na Rua da Cruz (habitação municipal)**

**Casado**

**Tem uma filha**

**Vive com a mulher, a filha e uma neta (filha da filha)**

**Tem o 6º ano de escolaridade (tirado em adulta)**

**É Reformado**

**Como actividade complementar, de natureza informal, tem a pesca**

**Tem uma horta, num terreno onde o deixam plantar, retirando daí alguns bens alimentares (legumes)**

**A mulher é doméstica**

**A pensão de reforma do Sr. B. é no valor de 980€/mês**

**Da actividade na pesca a remuneração não é certa, dependendo muito da altura do ano, sendo porém beneficiado por poder trazer peixe para casa sem ter de o comprar.**

**Média do que pode ganhar: 150€/semana**

**A filha está desempregada e recebe Subsídio Social de Desemprego no valor de 11,44€/dia (343,20/mês)**

*Tenho 65. Sou natural de Serra de Azóia. Mas tenho cá residência aqui em Sesimbra.*

*Estamos cá em Sesimbra há 22 anos. Trabalhava na CMS, era cantoneiro de limpeza.*

*Trabalhei na Câmara, ah...fui reformado aos 29 anos de serviço, mas já tinha mais tempo.*

*Vivo com a mulher, com a filha e com a neta. A mulher tem 55 anos; a filha tem 25 e a neta 2 anos e meio.*

*A minha reforma está nos 980, 970.*

*Não faço trabalhos por fora, trabalho para a casa. A pesca, eu vou explicar à senhora. É muita dura: Janeiro, Fevereiro, Março e Abril ganhei 4 contos e 500. Porque não dá, não há peixe. Com muito mau tempo, não vamos para a pesca, mas de resto vamos. A gente (na pesca) não tem tabela, pode dar e pode não dar, pudesse ganhar como pudesse não ganhar. Pudesse ganhar 50 como pode não se ganhar nada. Trago peixe para casa, mas há vezes que não trago nada e tenho de ir à praça comprar.*

*Quando estava na Câmara ia à pesca mas era com a cana artesanal, mas era só para comer, mas isso eles já proibiram*

*Quando fiquei reformado é que comecei a ir, mas vou deixar. Essa labuta vai acabar Trabalhei num barco, mas o senhor (dono da embarcação) teve que desistir devido a doenças e este agora está nas mesmas condições.*

*(vai ao mar) não, não vou todos os dias, 2, 3 vezes por semana, mas depende das marés, se se consegue ou não largar as redes. Vou a partir das 7 e tal 8 horas da noite até de madrugada, é a noite toda. Vou para a zona da Alagoa. Aqui está condenado: não deixam pescar a gente.*

*Quando sair deste barco acabou tudo, não há nada para ninguém.*

*Resolvi ir para a pesca porque as coisas não dá. Todos os encargos estão à minha responsabilidade e depois tenho que labutar.*

*As hortas, isso não conta, não dá. Deixam-me plantar porque o dono da terra coiso...semeio umas batatitas e umas favas. Se contasse com isto, morria à forme.*

*A esposa não tem reforma e a filha está a receber reforma, mas estão a cortar.*

*(A filha>) recebo 11 euros e qualquer coisa por dia, para mim e para a menina...não dá.*

*Despesas (foram buscar os recibos para mostrar)*

*De renda de casa pago 150 €*

*Água: 15€*

*Luz: 39€/mês*

*Cabovisão: 25*

*Não tem telefone, só telemóvel: 15€*

*Gás: 45€*



*A alimentação é uma média de 300 a 400 para mais, quase 500 e depois tenho o consumo da minha motorizada.*

*Quando a minha filha não pode, sou eu que pago a escola da menina: 55 €*

*(despesas de saúde) Tenho, tenho. De 3 em 3 meses sou vigiado por um médico particular, cardiologista, através da ADSE*

*O dinheiro não chega (para poupanças)*

*Não passeio nem vou a lado nenhum, não tenho outras despesas, ele não dá.*

*Há 2 anos estive a trabalhar a arrumar carros através dos Serviços Sociais da Câmara, estive a trabalhar, mas fui enganado, porque este valor foi declarado pelos Serviços Sociais e isso fez aumentar a renda. Fiz o sacrifício e afinal... Custou-me um bocadinho estar ali a apanhar o sol e o calor.*

*As perspectivas que tenho é daqui chegar para dentro da caixa: eles estão a cortar tudo. Um segundo trabalho já não compensa, já não dá. Agora mais vale estar parado e quando parar ir para dentro da caixa e pronto.*

*A minha filha não tem nada, desde que entrou aqueles brasileiros e africanos isto piorou. Eles preferem dar uma miséria àqueles que vem lá fora aos de cá. Já aconteceu comigo também. Sesimbra está uma miséria. Só condeno é uma coisa aqui na Câmara Municipal de Sesimbra é que facilitam uns e castigam outros. É que aqui rendas neste prédio de 500 escudos. Já falei lá na Câmara sobre uma raça que não faz IRS.*

**Nota:** *esta entrevista foi assistida pela filha e mulher do Sr. José, que de vez em quando interferiram, nomeadamente na referência às despesas e na referência ao trabalho da filha.*

*Comentários da filha e da mulher quando abordei o Sr. José sobre a actividade na pesca: Lá vai ele dizer que não dá, que está farto"; Oh Oh vai ter muito que o ouvir...; a mulher disse: Vou já lá para dentro para não o ouvir.*

### ENTREVISTA Nº 3

Realizada no dia 30 de Abril de 2010

**Sr. C.**

**29 anos de idade**

**Reside no Bairro Municipal de Boa Água (Freguesia da Quinta do Conde)**

**Casado**

**Tem um filho, de 8 anos de idade**

**Vive com a mulher, o filho e o pai**

**Tem o 6º ano de escolaridade (tirado em adulto)**

**A mulher tem 28 anos de idade e tem o 6º ano de escolaridade**

**Apenas trabalha no sector informal, na área da construção civil. Tem um outro trabalho (que entende como “biscate”) na área da jardinagem. Não faz qualquer tipo de descontos para a Segurança Social**

**Rendimento mensal aproximado: 500/600 €.**

*Tenho 29 anos, natural do Barreiro. Estou aqui a viver há 10 anos. Tenho o 6º ano. Eu andei num colégio em Almada, e depois deixei de andar e o meu pai tirou-me de lá. Era um colégio, nem era de freiras, era um colégio daqueles normais. Era interno. Não continuei a estudar porque os meus pais estavam separados e eu tinha que trabalhar para sustentar. Quando saí do colégio tinha 15 anos. Comecei a trabalhar em várias coisas, em pinturas, na altura foi mais pinturas, na área da construção civil. Tenho trabalhado sempre na área da construção civil, não é, faço trabalhos de pedreiros, canalizações, estuques. Trabalho às vezes para particulares mas também para empreiteiros que me dão as casas deles para pintar. Não declaro a actividade porque nem sempre tenho trabalho: umas vezes há outras vezes não há.*

*Varia muito (o que ganha), às vezes é ao dia outras vezes é de empreitada, conforme, não tenho certo. Umas vezes tiro mais outras vezes tiro mais. Ao dia umas vezes levo 30€ outras vezes levo 40€, é conforme, às vezes vou fazer uma coisita e depois ganho mais um pouco, por exemplo tenho um trabalho para 2 dias, levo 80€ mas depois acabo mais cedo e vou fazer outro trabalho e ganho mais um pouco. Por mês ganho talvez 500/ 600€, tem alturas. Vai dando para as despesas: para já a gente somos muito orientados, não somos de ir para os cafés, não bebo. Trabalho pior exemplo 3 ou 4 dias e vou orientando e dá para quando não tenho trabalho.*

*Despesas:*

*Gás: 23, 60*

*Luz: 50 a 60€ de 2 em 2 meses*

*Água 20€*

*Não tenho Cabovisão, tenho parabólica e não tenho telefone, tenho telemóvel. Por mês gasto cerca de 10€*

*De renda de casa pago 53€*

*(Despesas por semana com o filho, na escola): 15€ para material, comida, não é sempre, mas é muitas vezes.*

*Em alimentação por semana gasto 30 a 40€ porque também faço avio na Igreja. Outras despesas que tenho é o carro. Mas se não for a carrinha não tenho trabalho.*

*O meu pai (que vive em casa do Marco) não ajuda, só dá 10€ para a casa, mas tem 300€ por mês, que é ele que paga as despesas de saúde.*

*(Não tem outras despesas). Bebo um cafezinho mas é à hora do almoço. É raríssimo irmos de férias. Vamos à praia mas é aqui ao pé. Não vamos à praia porque tenho que trabalhar e é aos sábados e aos domingos também.*

*Uma vez, já aqui há tempo queria dedicar-me a vender gelados na praia e escrevi uma carta ao vereador da Câmara, há um, mas não consegui, não tive resposta. Ia naqueles carrinhos, já dava para levar a comida e a mulher e os filhos podiam ficar na praia. Isto é assim no Verão, porque no Inverno, que nós temos que juntar algum dinheiro para termos no Inverno, porque é os meses mais difíceis que é o Natal, o Janeiro e o Fevereiro, depois começa o tempo a aquecer. A gente junta no Verão para termos no Inverno. Poupo para o inverno, para estarmos orientados.*

*Temos médico de família em Fernão Ferro. Não vamos a médicos particulares*

*Não temos RSI, proa caso puseram os papeis há 4 meses, mas não receberam ainda nada.*

*A minha esposa chamasse (perguntou o nome à mulher) Celeste, tem 28 anos e é doméstica. Estava a trabalhar no café do Modelo mas fechou depois recebeu fundo de desemprego, mas depois não apareceu nada, mas o horário também não é compatível com o horário dele e o ATL é muito caro e não compensa. Faz uma limpeza a uma senhora de mês a mês. Tem o 6º ano. O Leonardo tem 8 anos e anda no 2º ano.*

*(Perspectivas de futuro) é qualquer dia montar um negócio para a gente. Isto não é bem o que eu queria mas é bom.*

*Para o Leonardo quero que ele continue a estudar e se eu tiver saúde e dinheiro quero que ele faça a faculdade para não ser burro como a mãe e o pai e para ser um homem.*

*Não faço descontos porque nem sempre tenho trabalho certo e por isso é que eu queria montar um negócio. A Celeste só quer trabalho com contrato. Hoje em dia é tudo experimentações e passados 3 meses vai-te embora.*

*Em relação à casa já nos passou pela cabeça comprar a casa, mas não sei se vale a pena. A Celeste gostava de comprar para mais tarde ser para o filho.*

*Eu procuro muito trabalho junto de pessoas conhecidas, por cartões nas caixas de correio porque às vezes as pessoas há coisas pequenas que mandam fazer. Eu também só faço trabalhos até um, certo ponto. Não faço trabalhos grandes. Às vezes saio de casa só para ir à procura.*

*Poupança: às vezes quando dá mais um pouco eu guardo, às vezes quando ganho em 2 dias o trabalho que estava previsto fazer em 3.*

*Às vezes pago as contas nos dias certos para pagar outras vezes espero mais um dias ou dois, quando recebo.*

*Tenho um trabalho de jardinagem que recebo 70 euros, que era um trabalho do meu pai, mas como ele agora já não pode, faço eu e com aquele dinheiro pago a renda e outra conta.*

*Umas vezes recebo ao dia, outras vezes à semana ou quando acabo o trabalho, é conforme.*

## ENTREVISTA Nº 4

Realizada no dia 14 de Setembro de 2010

Sra. D.

44 anos de idade

Reside no Bairro Municipal de Almoinha (Freguesia do Castelo)

União de Facto

Tem 6 filhos, estando em casa neste momento 4 filhos com 17, 16, 12 e 10 anos de idade

Tem o 12º ano de escolaridade (tirado em adulto)

Trabalha na Câmara Municipal de Sesimbra com a categoria de Técnica Operacional (no caso, cantoneira de limpeza) e trabalha no sector informal fazendo limpezas e passando a ferro para fora.

*Tenho 44 anos e nasci em Aljustrel, no Alentejo. Vim para Vale de Milhaços quando tinha 3 / 4 anos de idade.*

*Os meus pais são do Alentejo. Vieram para cá por falta de trabalho. Lá o meu pai trabalhava no campo e depois foi para as minas. Depois arranjam-lhe para ele vir para a Lisnave. Passado um tempo, já com a vida cá mais organizada, veio a família. Na altura a mulher e 4 filhos e depois nasceram cá mais 2.*

*Estivemos muito pouco tempo em Vale de Milhaços por causa de um susto que um dia no Carnaval eu apanhei quando estava na varanda. Só me lembro de ver um homem todo de preto, Comecei a ficar com muitos medos e quando ainda tinha 4 anos fomos viver o Alto do Moinho. Os meus pais ainda hoje vivem aí.*

*No Alto do Moinho vivi dos 4 até aos 16 anos, quando fugi de casa. Arranjei um namorico também. Fui trabalhar para Mem Martins para uma loja onde vendia malas. Queria a minha independência. Ainda voltei a casa dos meus pais, mas levei um enxerto e nunca mais apareci. Só há pouco tempo comecei a falar com a minha mãe. Dormi uns dias num jardim em Lisboa. Sozinha. Depois, pontapé daqui, pontapé dali fui parar à Lagoa (Lagoa de Albufeira), pensando que ia para melhor. Foi onde conheci o pai das minhas primeiras 4 filhas. Na Lagoa vivi 14 anos. Vivia com o pai das minhas filhas, que conheci ali mesmo na Lagoa (foi para a Lagoa de Albufeira sozinha). Um ano depois tive a minha primeira filha, que tem agora 24 anos.*

*Na altura trabalhava em tudo o que aparecesse: trabalhei no restaurante "Varina". Não me davam dinheiro, davam-me comida para as crianças.*

*Fomos viver para uma roulotte. Ele não trabalhava. Andava a roubar. Se trabalhava um dia era para a droga.*

*Eu trabalhava muitas horas seguidas. Mal comia, mal dormia, mal descansava. Ele não era um homem. Era um chulo.*

*Saí desta situação coma a ajuda da Dra. Célia (Técnica do Serviço de Habitação da Câmara Municipal de Sesimbra) e da Dra. Fátima Araújo (Técnica do Tribunal de Menores). Foi a Dra. Célia que me deu um contentor em Alfirim. Fui para lá sozinha com as minhas filhas. A última filha que tive deste relacionamento, a Mariana, esteve numa família de acolhimento em Setúbal desde os 15 meses até ao um ano e meio de idade, quando a consegui. Foi complicado, mas não descansei enquanto não tive a minha filha de volta.*

*Em Alfirim estive lá 2 anos certos. Daí fui para o Bairro da Almoinha. Era para ir para o Zambujal, mas pedi que não porque estava com as minhas filhas sozinha e tinha medo dos ciganos.*

*Nesta altura, já trabalhava na Câmara. Fui para a Câmara em 1995, quando ainda estava na Lagoa e também trabalhava noutros lados: em limpezas, passava a ferro para fora e trabalhava num restaurante em Alfirim. Já trabalho aqui há 15 anos e sempre fiz outros trabalhos que não declaro.*

*Comecei a viver com o meu actual marido quando ainda estava em Alfirim, pouco tempo antes de sair para a Almoinha. Depois tive mais 2 filhos com ele: uma rapariga e um rapaz.*

*Tenho necessidade de ter trabalho extra porque só o que ganho na Câmara não chega para sustentar a casa e a família. Quando vim para a Câmara ganhava 46 contos. Agora ganho 620 euros.*

*Fora da Câmara trabalho 10 a 14 horas por semana. Faço limpezas em casas de patroas que já tenho há muitos anos e até já tenho as chaves das casas. Ganho 6 euros à hora.*

*Na Câmara também faço muitas horas extraordinárias e estou sempre disponível quando é preciso no serviço. Na Câmara estão a pensar em subir-me de categoria. Ainda não sei é como o vão fazer.*

*Aos 16 anos de idade fiquei com o 7º ano incompleto e recomecei a estudar há 5 / 6 anos atrás e já acabei o 12º ano e tenho também o curso de inglês e de informática. Até agora a escolaridade ainda não me trouxe nada, mas a culpa também é minha que ainda não resolvi sair da rua (da limpeza das ruas) e porque assim também ganho mais.*

*O meu marido está a trabalhar também na Câmara a contrato de 6 meses (contratos sazonais de trabalho) mas também tem outros trabalhos por fora, que não declara. Na Câmara ganha o ordenado mínimo (475€). Fora da Câmara ganha entre 200 a 300 euros por semana. Trabalha nos jardins e num restaurante ao fim de semana.*

*Trabalhamos muito e não temos descanso. Não temos um bocadinho para a gente.*

*Em casa agora somos eu, o meu marido e os meus 4 filhos. As 2 mais velhas já saíram de casa. Mas o meu neto passa o tempo todo em minha casa. Os meus filhos que estão em casa têm 17, 16, 12 e 10 anos de idade e andam todos a estudar. A de 17 anos, a Vera, quer ir para a Faculdade para o ano.*

*As minhas despesas mensais, sem a alimentação, tipo a água, a luz, o gás, a renda... são à volta dos 420/450 euros. As despesas com a alimentação e o resto das coisas para a casa andam à volta dos 800, às vezes 1000 euros por mês.*

*Em casa existem 3 telemóveis. Temos internet, por causa da escola, e CaboVisão mais o telefone.*

*Tenho também créditos pessoais. Por mês pagamos 750€ de créditos. Agora não tenho cartão de crédito. Fiz os primeiros créditos quando o meu marido ficou desempregado e depois quando ele esteve de baixa por acidente. Fiz também créditos para comprar móveis e coisas para o carro.*

*O único subsídio que recebo é o dos meus filhos: 32€ cada um. Já meti várias vezes os papeis para o Rendimento Mínimo, mas nunca consegui nada.*

*Não consigo fazer poupanças. O meu marido ainda vai pondo de parte o dinheiro que ganha nos extras, mas vamos lá sempre buscar porque o dinheiro não chega para pagar as despesas.*

*Quando vou ao supermercado tento comprar bom e barato. Por exemplo, compro os produtos da marca Pingo Doce ou da marca Continente, que são mais baratos.*

*O único vício que tenho é o tabaco. Mas agora o meu marido não me deixa comprar maços de tabaco. Compra-me as onças e até já me comprou a máquina para enrolar o tabaco. Não bebo café. Também não vou ao cinema há mais de 10 anos e só como em restaurantes se vamos às compras e vamos ao McDonald's. às vezes ao almoço, quando não trago nada de casa, também como por aí qualquer coisa. Para vir trabalhar venho na carrinha da Câmara (a Câmara Municipal de Sesimbra tem transporte para os trabalhadores que vivem em diferentes partes do Concelho e fora deste: transporte de manhã, para a entrada e à saída, ao final do dia) Também não vou de férias para lado nenhum. As férias são para andar a trabalhar.*

*Pago as minhas contas do gás, da luz e os créditos através do banco. As outras contas que não estão pelo banco pago às vezes quando recebo. Tenho as contas controladas. Sei sempre quando falta dinheiro no banco para pagar alguma coisa e ponho mais. Estou habituada a controlar as minhas contas porque não quero ter lá em casa os homens a levarem-me coisas de casa (penhoras) como vejo com os meus vizinhos. Às vezes peço dinheiro emprestado à minhas filhas para pagar a renda da casa. Elas também não podem ajudar muito porque têm as casas delas para pagara e têm rendas mais altas do que eu (as filhas habitam em casas de arrendamento privado)*

*Perspectivas em relação ao futuro... vou responder aquilo que respondi no trabalho final do 12º ano: não tenho nada em específico. Desejo ou queria que me saísse o euromilhões para eu dar aos meus filhos e pagar os meus créditos. As minhas prioridades são, primeiro, as contas depois o resto, que é a alimentação e as outras coisas que sendo importantes não o são tanto.*

*Não sei se para o ano vou conseguir pagar a Faculdade à minha filha. Já lhe disse. Mas as bolsas também estão difíceis. Ou ela vai ter de trabalhar para pagar essa despesa ou não sei. Se saísse alguma coisinha, dava para aliviar.*

**Nota:** *Antes de iniciar a entrevista, a entrevistada confessou que sempre trabalhou muito ao longo da vida e que levou uma vida muito sofrida, mas que com a força que confessa ter conseguiu ir ultrapassando as dificuldades. Sabe que com muita ajuda, principalmente institucional, mas que reconhece ter sido e ser ainda hoje uma lutadora.*

*Já no final da entrevista, a entrevistada confessou que gostaria de continuar a estudar, de fazer a faculdade, mas julga ser complicado porque não tem tempo. Para além do muito trabalho, tem ainda o neto para cuidar.*